



# Câmara Municipal de Oeiras



## Janeiro a Março de 2014

Informação do Senhor Presidente da C.M.O. à Assembleia Municipal de Oeiras, nos termos da alínea c) do nº2, do Art.º 25, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro

## Índice

---

Índice .....	1
1. Introdução .....	3
1.1. Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Oeiras .....	19
2. Execução das Grandes Opções do Plano .....	21
2.1. Execução por Classificação Funcional.....	21
2.2. Execução por Unidade Orgânica.....	24
3. Situação Financeira e Grau de Execução Orçamental .....	31
3.1. Receita .....	33
3.2. Despesa.....	41
3.3. Dívidas a Terceiros.....	43
3.4. Prazo Médio de Pagamentos.....	45
3.5. Endividamento Líquido Municipal.....	45
3.6. Dívida Total.....	47
4. Atividade Municipal.....	49
5. Relatório Anual Atendimento ao Público .....	51



## 1. Introdução

Nos termos da alínea e) do n.º1 do art.º 53, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, submeto à apreciação da Assembleia Municipal de Oeiras a presente informação que se reporta à atividade e situação financeira do Município, relativa aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2014.

No início deste ano esteve em foco o Sector Empresarial Local de Oeiras o qual será alvo de uma avaliação estratégica levada a cabo por um grupo de trabalho que foi apresentado em janeiro, constituído por representantes das diferentes forças políticas com representação no executivo municipal. Cabe a este grupo proceder à análise, diagnóstico e prolação de recomendações e orientações estratégicas no que diz respeito ao futuro do Sector Empresarial Local e das Participações Locais.

Muito embora em Oeiras o sector empresarial e o conjunto de participações detidas pelo Município em entidades várias tenha, atualmente, grande impacto no dia-a-dia dos munícipes, todavia a conjuntura económica vivida nos últimos anos tem vindo a afetar gradualmente e de modo acentuado a viabilidade económico-financeira de algumas empresas municipais, colocando dúvidas sobre a pertinência na manutenção das mesmas e, paralelamente, a conveniência de ser mantida a participação da Câmara Municipal em outras entidades.

Importa assim, e no atual contexto económico do concelho e do país, proceder ao diagnóstico e à caracterização do Sector Empresarial Local e das Participações Sociais.

Tal avaliação mais se justifica atenta a imposição, com a entrada em vigor da Lei 50/2012, de 31 de agosto, de dissolução das empresas locais que, no que concerne ao resultado líquido dos últimos três anos, apresentem valores negativos.

A nova presidência da Câmara Municipal de Oeiras com base num novo conceito estratégico de desenvolvimento empresarial e de envolvimento dos parceiros económicos e sociais do município reformulou a AITECOEIRAS, a sua Agência para o Desenvolvimento, dotando-a de um Conselho Económico e Social.

Este Conselho será coordenado por António Saraiva, munícipe de Oeiras e que atualmente desempenha as funções de Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP). Órgão consultivo da Autarquia e que futuramente reunirá um conjunto de coordenadores de área e projeto, com créditos firmados na sociedade portuguesa, tem como principal objetivo apresentar propostas na área do empreendedorismo e no lançamento de iniciativas privadas geradoras de emprego.

A AITECOEIRAS, reunindo a Câmara Municipal, empresas e unidades de conhecimento do Concelho, é presidida por António Moita desde o passado dia 6 de fevereiro. Terá como desígnio primordial a capacidade de se afirmar como uma entidade autossustentável, através de forte envolvimento dos agentes económicos e das associações empresariais de Oeiras.

Tem como objetivos principais:

1. **PROMOÇÃO** - Será um agente ativo de promoção, angariação de parceiros, promoção, realização e gestão de ações na área do Município que contribuam para a valorização do espaço público e do património, sejam esses eventos de dimensão local ou nacional. Será um promotor de propostas de aproveitamento de espaços municipais garantindo assim a sua utilização e fruição por parte dos munícipes e contribuindo para assegurar a viabilidade económica desses mesmos espaços. Constituirá esta uma área onde que a AITECOEIRAS em estreita articulação com a Câmara Municipal e os seus respetivos serviços competentes, poderá implementar iniciativas de interesse relevante para o Município.
2. **PROVEDOR DAS EMPRESAS DE OEIRAS** - Será o interlocutor privilegiado na ligação das empresas de Oeiras ao Município no respeito integral da legislação em vigor, garantindo uma “via verde” na resolução de questões burocráticas, designadamente em matéria de licenciamentos, quer diretamente, quer através de outras entidades, promovendo se necessário a articulação com outras câmaras municipais, da Área Metropolitana de Lisboa e outros organismos públicos.
3. **CAPTAÇÃO DE EMPRESAS** – Irá fomentar a instalação de novas empresas em Oeiras, promovendo a atratividade do Concelho no quadro das múltiplas vantagens competitivas que apresenta e prestará o apoio necessário à sua implementação e desenvolvimento.
4. **EMPREENDEDORISMO** - Será um polo dinamizador do empreendedorismo quer no fomento e promoção de projetos inovadores, quer na instalação de empresas apoiando-as no plano jurídico, administrativo e económico e ainda no aproveitamento das sinergias que resultam da ligação em rede às empresas existentes em Oeiras.
5. **INTERNACIONALIZAÇÃO** - Apoiará e fomentará a organização de missões de empresas estrangeiras a Oeiras, bem como das empresas do Concelho ao estrangeiro, no quadro das relações institucionais bilaterais existentes entre a Autarquia de Oeiras e entidades congéneres de outros países. Sempre que possível – e desejável – estas missões deverão ser integradas em iniciativas mais amplas ao nível regional e/ou nacional. Para isso, deverá a AITECOEIRAS promover um crescente intercâmbio com o AICEP, as Associações Empresariais e Setoriais, nacionais e municipais.

Mesmo em período de crise económica, o Município de Oeiras continua a progredir e a ser capaz de atrair investimento e de gerar valor no presente e para o futuro.

A demonstrá-lo foi inaugurada, no dia 5 de fevereiro, a nova sede do Grupo Novartis Portugal no Taguspark. A cerimónia foi presidida pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva e contou igualmente com as presenças do Ministro da Saúde, Paulo Macedo, do Ministro da Economia, António Pires de Lima, do Ministro da Educação, Nuno Crato e de David Epstein, membro do Comité Executivo da Novartis e CEO da Divisão Novartis Pharmaceuticals.

O novo edifício, que representou um investimento do Grupo Novartis de 14 milhões de euros, reflete um compromisso de permanência a longo prazo desta multinacional no concelho de Oeiras. Ali trabalham já hoje os cerca de 400 colaboradores das cinco empresas que constituem o Grupo Novartis com presença em Portugal: Farma, Vacinas, Sandoz, Consumer Health e Alcon.

O Grupo Novartis fica, assim, instalado na nova Praça Central do Taguspark, o qual está a ser alvo de uma revitalização tendo em vista a criação de condições adequadas às exigências dos tempos atuais, por forma a permitir o conforto das pessoas e o sucesso das empresas ali instaladas ou que ali se pretendam instalar.

Relativamente às Relações Internacionais, Oeiras recebeu em janeiro, a visita de uma delegação iraquiana, presidida pelo Governador da Cidade de Bagdad, Ali Mohsin Assi Tameemi. O objetivo desta visita, motivada pelo prestígio de Oeiras enquanto Município de vanguarda em políticas sociais de habitação e de educação, foi o da verificação in loco dos êxitos daquelas políticas municipais e lançar as bases para futuras ações de cooperação bilateral.

Em Oeiras todos contam e, aqui, “Boas ideias marcam a diferença”. Por isso, o Município deu continuidade ao processo de Orçamento Participativo (OP), um mecanismo de democracia participativa e voluntária que reforça os princípios e compromissos da autarquia com a aproximação da administração ao cidadão.

A segunda edição do OP de Oeiras, através do qual os munícipes são convidados a participar diretamente na definição de prioridades de investimento municipal para o orçamento de 2015, foi apresentada no dia 18 de fevereiro.

Um milhão de euros é a verba disponível para afetar ao financiamento das propostas que venham a ser mais votadas pelos cidadãos, o que consistirá num investimento de mais cerca de 600 mil euros em relação ao montante disponibilizado na primeira edição. Cada uma das propostas a concretizar não poderá exceder o montante máximo de 300 mil euros.

O Turismo também esteve em destaque e, desta feita, através da celebração do “Protocolo de Colaboração no âmbito da Rota dos Vinhos de Bucelas, Carcavelos e Colares” entre os municípios de Oeiras, Cascais, Loures e Sintra. Desta forma, estabeleceram-se os termos de uma parceria entre os quatro municípios, que visa a colaboração e a participação conjunta no âmbito da concretização do desenvolvimento turístico das regiões de Oeiras, Loures, Cascais e Sintra e a promoção dos Vinhos Bucelas, Carcavelos e Colares.

Refira-se também que, Oeiras foi anfitriã de um jantar que, no passado dia 14 março, reuniu quatro dezenas de operadores turísticos brasileiros, em visita a Portugal a convite da TAP, no âmbito da BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, na Adega do Marquês de Pombal em Oeiras. Este encontro, promovido pela PHTO Travel Consulting.

No evento promovido pela empresa de turismo, que contou com uma primeira edição em 2013, foram apresentadas novas propostas do programa PHTO – Turismo em Portugal no qual se disponibilizam vários roteiros enogastronómicos que contam com parceiros como a AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho, impulsionadora da nóvel ARVP - Associação das Rotas do Vinho de Portugal, que ali foi formalmente apresentada.

Para além dos profissionais de turismo brasileiros, marcaram igualmente presença vários autarcas, presidentes e vereadores de municípios que integram os corpos sociais da AMPV, entre outros convidados. O presidente Paulo Vistas esteve em representação do Município de Oeiras.

Recebidos com uma prova de vinho generoso Carcavelos, comentada pela Confraria do Vinho de Carcavelos, os participantes tiveram também oportunidade de apreciar, durante o jantar, diversos vinhos das Rotas que integram a ARVP.

Promovido pela PHTO Travel Consulting, o evento contou com o apoio da TAP e da Travelport, o Alto Patrocínio da AMPV e a colaboração da Confraria do Vinho de Carcavelos.

As intervenções continuaram a ser realizadas por todo o concelho.

Relembre-se que o Município deu início às obras de reparação de danos provocados pelas recentes intempéries no Passeio Marítimo de Oeiras, no troço entre a praia de Paço de Arcos e a praia de Santo Amaro. Esta intervenção requer manobras de maquinaria pesada pelo que, por forma a garantir a segurança de todos, pontualmente será necessário proceder à restrição de passagem pedonal neste percurso, a partir do início da obra, dia 6 de março de 2014, com uma duração prevista de dois meses.

Oeiras concluiu uma obra que presta homenagem a Baden Powell e que consiste num projeto de arquitetura paisagista no interior de uma rotunda com a temática do fundador do Movimento Escoteiro. Esta intervenção, numa área aproximada de 130 m<sup>2</sup>, em Laveiras (Caxias) orçou em 40.708,23 € (IVA incluído). Teve como objetivo criar neste local um ponto de referência significativo, que ajude a orientação dos transeuntes. Foi elaborada uma proposta que conjuga alguns dos mais importantes símbolos do Movimento.

O Ambiente voltou a marcar presença.

No Dia Mundial da Floresta, 21 de Março, a Câmara Municipal promoveu a plantação de novas árvores e arbustos em alguns espaços verdes do concelho e, em parceria com a Nestlé, foram dinamizadas várias iniciativas, no Parque das Perdizes, que visam dar continuidade à construção sustentável dos espaços verdes, nomeadamente a instalação de cinco bancos de jardim, cedidos pela Nestlé à autarquia, fabricados a partir da reciclagem de cápsulas de Nescafé Dolce Gusto, separadas pelos funcionários e colaboradores da Câmara Municipal e por munícipes do concelho.

Este programa comemorativo, que decorreu no âmbito dos Planos Municipais de Arborização, da Água, da Vegetação e dos Corredores Verdes, incluiu várias atividades abertas à participação dos moradores, escolas e empresas locais.

É indubitável que a Educação, nas suas várias vertentes, tem sido uma das áreas mais privilegiadas no âmbito das políticas municipais levadas a cabo nos últimos anos. Este empenho tem dado frutos, pelo que nos orgulhamos e ganhamos alento para continuar o nosso investimento.

A EB2,3 Prof. Noronha Feio, em Queijas, içou a quarta bandeira verde do Programa Internacional da Foundation for Environmental Education Eco-Escolas, no dia 19 de março a qual foi conquistada com o trabalho desenvolvido no ano letivo de 2012/2013, por toda a comunidade educativa (alunos, professores, funcionários, pais e encarregados de educação).

Estes prémios são atribuídos de acordo com o trabalho realizado do que se propõe fazer no início de cada ano letivo, no âmbito dos mais diversas temáticas ligadas ao respeito pelo meio ambiente e sustentabilidade ambiental.

Refira-se que o Município de Oeiras tem prestado apoio técnico e financeiro à inscrição e galardão das escolas públicas e IPP no programa Eco-Escolas.



A nível concelhio foram galardoadas 10 escolas, de 12 inscritas neste projeto, nomeadamente: Colégio Flor da Linha, Colégio Monte Flor, COOTL Linda-a-Velha, Externato de Santa Catarina, Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas, Irlandesas -Centro Sagrada Família, Escola EB1 de Porto Salvo, Escola EB1 Gil Vicente, Escola EB1 Anselmo de Oliveira, Escola EB 2,3 Prof. Noronha Feio, Escola EBI Dr. Joaquim de Barros, Escola Sec. Prof. José Augusto Lucas e Escola Sec. Quinta do Marquês.

Uma novidade no arranque de 2014 foi o alargamento do horário de funcionamento do CROAMO – Centro de Recolha Oficial de Animais do Município de Oeiras, passando a estar aberto ao público mais três horas diária nos dias úteis e também ao sábado de manhã. O novo horário deste serviço municipal, que começou no dia 10 de fevereiro, passou a ser de segunda a sexta-feira das 9H00 às 20H30 e aos sábados, das 9H00 às 13H00.

A aposta na Cultura continua tanto no que concerne a manter as iniciativas que contam com a fidelização do público, como através do lançamento de novos projetos que prometem fazer história.

Destaque-se, em fevereiro, o arranque do projeto Livros Proibidos que, ao longo de nove sessões, até dezembro de 2014, conta com a participação de três das figuras mais conhecidas do jornalismo e da televisão portuguesa no papel de moderadores, nomeadamente Ricardo Costa, Nicolau Santos e Maria Flor Pedroso. O palco é o Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras.

O objetivo deste ciclo é refletir sobre um dos temas mais transversais da história do livro e da leitura: a censura. Um tema que espelha apenas um problema comum e milenar: a natureza do Homem e as suas paixões. Assim, todos os meses teremos uma obra em análise que constitua um exemplo paradigmático de proibição na história do pensamento pela mão de um conjunto de prestigiados convidados e com a mediação e mestria dos moderadores.

O ciclo Livros Proibidos arrancou, a 19 de fevereiro, com a Literatura no Século XX e com uma das obras mais emblemáticas neste universo: As Vinhas da Ira, de John Steinbeck, editado em 1939, um épico sobre o sofrimento humano, situado temporalmente na Grande Depressão de 1929. Esta primeira sessão teve como convidado Francisco Louçã e a moderação foi de Ricardo Costa.

Em março, a sessão do projeto Livros Proibidos foi dedicada à obra “Admirável Mundo Novo”, de Aldous Huxley. O convidado desta sessão, também moderada por Ricardo Costa, foi João Lobo Antunes

Dos projetos que já fazem parte da tradicional programação cultural de Oeiras, recorde-se que em fevereiro arrancou o 9º ciclo de «Conversas na Aldeia Global», com moderação de Vasco Trigo e sob o mote O Futuro da Cidadania, no qual se debate a importância de redescobrir um sentido reforçado e uma prática renovada do exercício da cidadania, pela defesa dos direitos, liberdades e deveres dos cidadãos. Porque está a cidadania em crise?

Esta iniciativa convida personalidades especializadas que estimulem a reflexão sobre a responsabilidade da sociedade civil em democracia. Porque só uma opinião pública bem informada saberá escolher e exigir dos dirigentes políticos soluções duradouras e sustentáveis que defendam os interesses da maioria, sem esquecer as minorias mais desprotegidas.

O primeiro convidado deste ciclo foi o Professor Adriano Moreira, jurista, político e professor universitário, que veio refletir sobre as questões da cidadania e dos direitos e deveres sociais, enquadradas por mais um título da sua vasta obra - Memórias do Outono Ocidental: Um Século Sem Bússola.

A sessão de março foi sobre Políticas Públicas para a Reforma do Estado. Que Estado queremos ter, com que objetivo queremos reformá-lo e quanto estamos dispostos a pagar por ele, foram algumas das questões colocadas pelos autores do livro «Políticas Públicas para a Reforma do Estado», discutidas na sessão de Conversas na Aldeia Global que juntou Maria de Lurdes Rodrigues e Pedro Adão e Silva, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras.

Em março, o Pijama às Letras também esteve de volta para comemorar o Dia Internacional do Livro Infantil, convidando crianças e seus familiares a passar uma noite diferente, num ambiente de magia, entre histórias, contos e livros de encantar. Tendo como palco as três bibliotecas municipais, o Pijama às Letras proporcionou aos convidados que durante uma noite pudessem participar em várias atividades e conhecer um convidado surpresa.

Procurando inovar e alargar a oferta de atividades e serviços de modo a consolidar ambientes e espaços propícios à socialização e à partilha de informação e de conhecimento, as bibliotecas têm vindo a promover nos seus espaços de leitura, sessões de apresentação de livros de autores portugueses com o intuito de fidelizar públicos e promover a aproximação entre escritores e a comunidade.

Na Biblioteca Municipal de Carnaxide a Câmara Municipal de Oeiras, em parceria com a Livraria Apolo 70, promoveu, em janeiro, mais uma sessão de apresentação de um livro de autoria portuguesa. Desta feita foi a vez da escritora Maria João Lopo de Carvalho apresentar o seu mais recente livro “Padeira de Aljubarrota”, o qual é dedicado à prodigiosa mulher que, em 1385, numa aldeia perto de Alcobaca, pôs a sua extrema força e valentia ao serviço da causa nacional. A Padeira Brites de Almeida tornou-se assim num símbolo máximo da resiliência e bravura de todo um povo ao ajudar a assegurar a independência do reino.

Mas os espaços de apresentação de novas obras não se confinam aos espaços das bibliotecas.

Em março, a escritora espanhola Maria Pilar Queralt del Hierro apresentou o seu mais recente livro, “As Mulheres do Marquês de Pombal”, editado pela Esfera dos Livros, no Salão Nobre do Palácio Marquês de Pombal. Trata-se de um livro de divulgação histórica, que aborda a história das mulheres que, de uma forma ou de outra, estiveram presentes na vida do Marquês de Pombal, umas pelos laços de sangue, como a mãe, outras pela via dos afetos, as duas esposas, e outras ainda que foram responsáveis quer pela sua ascensão, a Rainha Maria Ana de Áustria, ou pela sua queda, a Rainha D. Maria I.

Também no âmbito do 11.º ciclo da Tertúlia Fim do Império, Olhares sobre a Pátria e consequências do Fim do Império, em fevereiro, teve lugar a apresentação do livro Segredos de Descolonização de Angola, da jornalista doutoranda Alexandra Marques e, em março, a obra “O Soldado Clarim”, do coronel Nuno Mira Vaz, o 13.º livro da coleção Fim do Império, na Livraria-Galeria Municipal Verney/Coleção Neves e Sousa, em Oeiras.

No que à segurança diz respeito, recorde-se que, em março, teve lugar a Cerimónia de promoção de 40 Novos Bombeiros do Concelho de Oeiras e celebrou-se o Protocolo para a criação e manutenção de grupos de primeiro socorro (GPS) entre o Município de Oeiras e as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários no Concelho de Oeiras. A cerimónia realizou-se no edifício Atrium e contou com a presença dos comandantes e presidentes das sete Associações de Bombeiros do Concelho.

Os bombeiros agora promovidos, após participarem no Curso Inicial de Bombeiros, incorporam as sete unidades operacionais das Associações Humanitárias de Algés, Barcarena, Carnaxide, Linda-a-Pastora, Oeiras e Paço de Arcos.

O Protocolo visa a criação e manutenção de um Grupo de Primeiro Socorro (GPS) em cada um dos Corpos de Bombeiros das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho de Oeiras

Deste modo, Oeiras vê reforçada a capacidade de resposta do Município para ocorrências emergentes de proteção e socorro e apoio à população residente.

Na área da Saúde, destaque para o facto do Dia Nacional do Doente Coronário ter sido assinalado em Oeiras, com um programa de comemorações que incluiu a realização de várias iniciativas, nomeadamente uma campanha de rastreios em vários locais do concelho, uma caminhada, o Baile Oeiras com Coração no Dia dos Namorados e um Workshop. Esta iniciativa foi organizada pela Fundação Portuguesa de Cardiologia e a Câmara Municipal de Oeiras.

Uma nota também para o facto de que, em março, Oeiras foi palco do 19º Congresso Português de Cardiopneumologia, da Associação Portuguesa de Cardiopneumologistas – APTEC, que reuniu no concelho cerca de 400 participantes e vários especialistas nesta área. Sob a égide de “A APTEC e os Cardiopneumologistas”, o evento teve lugar no Centro de Congressos Lagoas Park, em Oeiras.

A ação social continua a promover o convívio entre as pessoas, sobretudo das mais idosas. Oeiras volta a proporcionar à população com mais de 65 anos a oportunidade de participar em visitas e passeios a locais de interesse histórico, paisagístico e cultural de outros concelhos, de Norte a Sul do País, através de mais uma edição do projeto “Descobrir outros Concelhos”. As inscrições, gratuitas, decorreram entre 6 e 12 de março. Este ano, o programa inclui visitas a Peniche, a Grândola, à Golegã e a Vila Viçosa, entre outros. (Consultar o programa aqui.)

Os temas trazidos à reflexão do público oeirense são diversificados e os palcos destes encontros disseminam-se um pouco por todo o concelho.

Energias Renováveis e Moinhos de Maré do Ocidente Europeu foi o título da palestra que, no âmbito da exposição internacional Moinhos de Maré do Ocidente Europeu, decorreu em janeiro, na Fábrica da Pólvora de Barcarena. A exposição Moinhos de Maré do Ocidente Europeu, em itinerância pela Europa desde 2005, visa contribuir para a divulgação junto de um público alargado de um importante património histórico e técnico do litoral atlântico europeu, que assumiu grande relevância no estuário do Tejo, local onde desde o século XIII se implantaram 45 edifícios desse tipo.

Numa época em que os problemas energéticos se encontram na ordem do dia, torna-se imperativo salvaguardar e preservar este exemplo de utilização da energia das marés, estabelecendo pontes entre recursos patrimoniais que nos foram legados e que testemunham a evolução do engenho humano e a contemporânea investigação científica e tecnológica associada a empreendimentos e investimentos em curso ou em projeto no sector das energias renováveis.

O reconhecimento das potencialidades energéticas do litoral português, hoje como no passado, é encarado como uma oportunidade, assumindo particular relevância no âmbito dos projetos em curso o aproveitamento da energia das ondas e das marés e ainda a instalação de plataformas eólicas offshore.

Esta palestra foi proferida por Ana Cláudia Silveira, técnica superior de História da Câmara Municipal do Seixal, que integra a equipa do Ecomuseu Municipal, tendo sido responsável pela coordenação do projeto "Moinhos de Maré do Ocidente europeu: valorização do património natural e cultural como recurso de desenvolvimento", levado a cabo com o apoio do Programa Cultura 2000 da Comissão Europeia. A

historiadora tem desenvolvido investigação em temáticas centradas na organização e desenvolvimento de espaços litorais, estudando, entre outros aspetos, a edificação de moinhos de maré em Portugal, em particular no estuário do Tejo, contextualizando um recurso museológico local, o Moinho de Maré de Corroios.

Esta exposição e palestra resultaram da parceria estabelecida entre os Municípios do Seixal e de Oeiras, através do Ecomuseu do Seixal e o Museu da Pólvora Negra (ambos pertencentes à Rede Portuguesa de Museus e à Rede de Museus de Energia).

Aos Sábados no Palácio continua a realizar-se todos os últimos sábados de cada mês. O palco é o Palácio Marquês de Pombal, em Oeiras. O desafio ao público, miúdo e graúdo, é conhecer, visitar, passear, experimentar, aprender e divertir, participando neste programa de atividades diversificadas, promovido pela Câmara Municipal de Oeiras.

A 28ª edição da Mostra de Teatro Amador de Oeiras arrancou no Dia Mundial do Teatro, 27 de março, decorrendo, até 17 de maio, em diversas salas de espetáculo do concelho. Os treze grupos participantes apresentam várias propostas teatrais tornando-se assim a Mostra uma montra do trabalho que é desenvolvido por estes ao longo do ano.

Relativamente ao teatro profissional, recorde-se que a peça “A Casa do Fim da Linha” permaneceu em cena no Auditório Municipal Eunice Muñoz, até ao dia 2 de Março. Sofia Alves, Manuela Maria e Pedro Sousa Loureiro constituíram o elenco desta peça, com autoria e direção de Celso Cleto.

Em Carnaxide, o Auditório Municipal Ruy de Carvalho recebeu, em março, a comédia “Pijama Para Seis”, de Marc Camoletti, encenada por Tozé Martinho, com Paula Marcelo, Jorge Sequerra, Sónia Costa, Daniel Garcia e Maria Luís.

A Sétima Arte continua a animar o no Auditório Municipal Maestro César Batalha. O filme “Os 39 Degraus” de Alfred Hitchcock (1935) abriu o programa da Masterclass de História do Cinema - O Melhor do Cinema Inglês (1935-2000) que decorre de 4 de fevereiro a 23 de dezembro de 2014, às terças-feiras (sessões às 14H00 e 17H00), em Oeiras.

As exposições voltam este ano a proporcionar o contacto do público com a obra de vários artistas plásticos nacionais e internacionais.

Com início em fevereiro e até 23 de março, a Câmara Municipal e a Embaixada do México apresentaram a exposição “Mapas da Alteridade”, da pintora Irene Dubrovsky, no Centro Cultural Palácio do Egípto (CCPE).

O CAMB – Centro de Arte Manuel de Brito inaugurou em março a exposição “Ilhas do Mar – Artistas Açorianos na Coleção Manuel de Brito, que fica patente até 14 de setembro de 2014.

Ilhas do Mar é um tributo a António Dacosta no ano do centenário do seu nascimento.

Esta mostra exhibe também obras de outros artistas açorianos como Ana Vieira, Catarina Branco, Carlos Carreiro, Luís França, Medeiros Cabral, Miguel Rebelo, Tomaz Vieira, Victor Almeida e Urbano.

Esta exposição mostra várias sensibilidades e técnicas mas, na maioria das obras, uma forte influência das ilhas, fonte inspiradora de tantos escritores, poetas e pintores, com as suas tradições, a sua beleza e, simultaneamente, com o medo a pairar pela ameaça da natureza.

A Livraria-Galeria Municipal Verney/Coleção Neves e Sousa apresentou no início do ano a exposição “Percurso” de Armada Alves, seguiu-se, em fevereiro, “A Alma no Traço – Coleção Neves e Sousa”, patente até 10 de maio de 2014. Respeitando um projeto de continuidade assumido pela Câmara Municipal de Oeiras, propõe-se nesta décima segunda exposição prosseguir com a divulgação e valorização da obra pictórica de Neves e Sousa. Um conjunto excepcional de aguarelas, pretendem levar o visitante a viajar até 1954/56 e a conhecer ou rever algumas paragens de Novo Redondo /Porto Amboim /Quibala. Destaque para o núcleo representativo das Pinturas Rupestres da Pedra Quissange, difundido pela arte de Neves e Sousa (o “pintor de Angola”).

“A Natureza e o Ser” é o título da exposição coletiva de fotografia, de Luísa Oneto e Vicente Gonçalves, apresentada entre de 14 de fevereiro a 2 de março, na Galeria Municipal Palácio Ribamar, em Algés.

O programa Clássicos em Oeiras continuou a levar a música clássica a vários palcos do concelho. Em janeiro, realizaram-se no Auditório Municipal Maestro César Batalha o Recital “Grandes Obras de Música de Câmara”, com Solistas da Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras e o “Concerto Didático”, com a direção artística e comentários do Maestro Nikolay Lalov e Solistas da Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras.

Em Carnaxide, no Auditório Municipal Ruy de Carvalho, foi apresentado o Concerto “Visita à Turquia”, com Artur Mendes (saxofone) e a Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras. Este concerto, com a direção do maestro Hakan Sensoy – que veio a Portugal pela primeira vez, pretendeu dar a conhecer compositores e obras desconhecidas do grande público.

O Recital “Tarde Musical”, com Solistas da Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras, decorreu, em fevereiro, no Salão Nobre do Palácio Marquês de Pombal.

Em março, os Solistas da Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras (OCCO) apresentaram o Recital “BARTÓK – LOPES-GRAÇA”, na Sociedade de Instrução Musical Cruz-Quebradense (SIMECQ).

O Centro Cultural Palácio do Egípto foi palco do primeiro Concerto Poético pelo Grupo Oeiras Verde, no dia 15 de Fevereiro.

A 8 de Março de 2008, num restaurante em Oeiras, onde se comemorava o “Dia Internacional da Mulher”, aconteceu a primeira intervenção do “Grupo Oeiras Verde”.

O grupo é composto por cinco vozes femininas, uma masculina e um músico e o seu trabalho tem-se desenvolvido à volta das palavras poéticas ditas pelas diferentes vozes, harmonizando-as e fundindo-as como um todo e em que cada intervenção toma a forma de um concerto.

À presente data, como repertório, coexistem vários projetos que foram trabalhados e já partilhados, no tempo e no espaço, com públicos diversos: “Guerra versus Amor”, “Lusofonia”, “Poesia erótico-satírica”, “Os Poetas do Parque” (Parque dos Poetas), “Homenagem a José Afonso” (por ocasião dos 25 Anos da sua morte).

Em fase de ensaios e preparação: “Homenagem a Bernardo Santareno e Ary dos Santos” e “40 Anos do 25 de Abril”.

O Desporto de mãos dadas com a Educação voltou a proporcionar a que 500 alunos provenientes de 17 escolas do concelho de Oeiras participassem no Corta Mato Escolar Concelhio, que teve lugar em janeiro, no Parque Urbano do Centro Desportivo Nacional do Jamor.

Esta prova desportiva escolar, organizada pela Câmara Municipal de Oeiras e o Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos, foi disputada entre os escalões de benjamins e juniores e pretendeu apurar os melhores alunos-atletas das escolas do Município para o Corta Mato Escolar Interdistrital que teve lugar a 5 de Fevereiro, em Sintra.

A realização anual desta prova tem por objetivo apoiar e incentivar a prática desportiva no contexto escolar.

No âmbito do projeto “Com os Olímpicos na Escola” decorreram ações em dois estabelecimentos escolares, nas quais os atletas partilharam com os alunos a sua experiência de vida, dando a conhecer um pouco do seu dia-a-dia, bem como o esforço inerente à preparação olímpica e a experiência de participar nos Jogos Olímpicos, entre outros.

Em fevereiro, esteve na Escola de São Bruno, em Caxias, um grupo de atletas olímpicos e paralímpicos, constituído pelos olímpicos Nuno Barreto (Vela), David Rosa (Ciclismo), Jorge Paula (Atletismo) e Fábio Inácio (Paraciclismo). Na iniciativa participam também João Neto (Judo e Presidente da Comissão de Atletas Olímpicos), Joaquim Videira (Esgrima – Vice-Presidente da Comissão de Atletas Olímpicos), e José Lima, Coordenador Nacional do Plano Nacional de Ética no Desporto.

Em março, foi a vez dos cinquenta alunos do primeiro ano de escolaridade da EB1/JI Sá de Miranda, do Agrupamento de Escolas Conde de Oeiras receberem a visita do atleta olímpico Joaquim Videira, que partilhou com as crianças as suas vivências de preparação e participação desportiva olímpicas e internacionais e protagonizou uma sessão de demonstração e de experimentação da modalidade desportiva que pratica, a Esgrima.

Recorde-se que o projeto “Com os Olímpicos na Escola” tem como objetivo promover a interação e a partilha da experiência de vida dos atletas olímpicos com os alunos das escolas do Município, demonstrando exemplos de boas práticas e comportamentos na vida e no desporto.

Esta iniciativa decorre no âmbito de uma parceria entre o Município de Oeiras e a Comissão de Atletas Olímpicos (COP), enquadrando-se nas ações do Programa Municipal de Promoção do Espírito Desportivo “Mais fair-play, melhor desporto” para o corrente ano civil.

Este ano, a Câmara Municipal de Oeiras atribuiu 30 das Bolsas de Formação Desportiva DRAGON FORCE OEIRAS, possibilitando a jovens em condições socioeconómicas carenciadas o acesso a formação desportiva.

A cerimónia de entrega das Bolsas realizou-se no dia 8 de março, no Parque Desportivo Carlos Queiroz, em Outurela.

Recorde-se que, as bolsas de formação desportiva DRAGON FORCE encontram-se enquadradas nas “Atividades no âmbito da Responsabilidade Social” do Contrato de Concessão do Campo de Futebol do Parque Desportivo Carlos Queiroz, entre a Futebol Clube do Porto – Futebol SAD, a empresa municipal Oeiras Viva e o Município de Oeiras, com o propósito de promover a integração social e a formação desportiva de crianças carenciadas.

Foi contratualizada a integração de 30 bolseiros, os quais são recrutados pelo Município de Oeiras em parceria com o Outurela Futebol Clube.

Os bolseiros indicados são residentes, na sua generalidade, em Outurela, freguesia de Carnaxide.



Uma nota para o facto do Porto de Recreio de Oeiras ter sido o local eleito para um estágio de dez dias, na Classe Laser, com alguns dos melhores velejadores do Mundo, entre os quais o australiano Tom Burton, 2º classificado do Ranking Mundial e os portugueses Gustavo Lima, Rui Silveira e Eduardo Marques.

Esta comitiva, que iniciou o estágio a 16 de Fevereiro, foi ainda composta por velejadores britânicos (Nick Thompson - 5º classificado, Alex Mills – 11º classificado), espanhóis (Joaquin Blanco Albalat – 41º classificado e Jesus Rogel – 54º classificado) e belga Wannes Van Laer (27º classificado).

O Circuito de Xadrez de Oeiras 2014 arrancou em janeiro, com a primeira prova do Torneio da Juventude que decorreu no Centro Social Paroquial Nossa Senhora do Cabo. O Torneio da Juventude destina-se exclusivamente a jovens e crianças, numa afirmação clara de quem são os principais destinatários do Projeto de Promoção do Xadrez.

Oeiras tem tradição nesta modalidade. Este Circuito é o 16º de uma série começada ainda no século passado, quando mais de metade dos participantes na presente edição ainda não tinha nascido.

Refira-se que, esta iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras tem contribuído para promover esta modalidade junto dos alunos do concelho, sendo já várias centenas de crianças e jovens que jogam xadrez regularmente.

As festividades também marcaram presença no primeiro trimestre de 2014.

Recorde-se que, em janeiro, teve lugar a quarta edição das Festividades de Santo Amaro, celebradas nas comunidades dos Bairros do Pombal e Bento de Jesus Caraça e que têm a sua génese nas tradições e costumes da comunidade Cabo-verdiana. Do programa da manhã constaram a tradicional Missa Campal no Bairro Bento de Jesus Caraça, seguida de uma Procissão rumo ao Bairro do Pombal, onde se realizou um almoço de confraternização aberto à população. A tarde foi dedicada a atividades culturais com artistas oriundos das comunidades e outros convidados, promovidas pelas entidades organizadoras.

Refira-se que as Festividades de Santo Amaro, organizadas pela Pombal XXI – Associação dos Moradores e que contam com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras e da União das Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, são por excelência as atividades que melhor promovem a união entre os locais por força da sua tradição e respeito, quer dos mais velhos quer mais novos, no saudosismo da terra-mãe. A realização destas festividades é também a melhor forma que as comunidades dispõem para promover a interação social com a demais comunidade oeirense. Quer pela reflexão espiritual, pela preocupação no embelezamento dos bairros, ou pela promoção da cultura cabo-verdiana, na gastronomia, na música e na dança.

A XV Promoção Gastronómica e Mostra de Artesanato do Concelho de Vinhais decorreu em março, no primeiro andar do Mercado Municipal de Oeiras. Foram três dias pautados pelo ambiente tradicional e descontraído onde imperou a gastronomia transmontana, o artesanato e a animação. Esta iniciativa foi apoiada pelas Câmaras Municipais de Oeiras, Vinhais e a Casa do Concelho de Vinhais.

Uma nota ainda para a inauguração, em março, da nova sede do Sindicato Nacional dos Assistentes Sociais (SNAS) em instalações cedidas pelo Município de Oeiras em regime de comodato, na Rua Instituto Conde de Agrolongo, n.º 41 – B, no Bairro do Alto da Loba, em Oeiras. O Sindicato Nacional dos Assistentes Sociais é uma pessoa coletiva de direito privado, de base associativa, sem fins lucrativos, constituída por profissionais de Serviço Social e outros profissionais equiparados.

Por último, lembre-se que mais uma vez se cumpriu a tradição cantando-se “As Janeiras” ao Presidente do Município. Pelo átrio dos Paços do Concelho passaram três grupos, provenientes de duas universidades seniores (Nova Antena e USILA) e de uma instituição particular de solidariedade social do concelho (Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Porto Salvo).

A finalizar, agradeço aos senhores deputados municipais a colaboração prestada durante este período.

Oeiras, 17 de Abril de 2014

O Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Paulo Vistas', with a long horizontal stroke extending to the right.

Paulo Vistas



## 1.1. Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Oeiras

**Gabinete da Presidência**

**Gabinete Municipal de Auditoria**

**Gabinete de Desenvolvimento Municipal**

**Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico**

**Gabinete de Comunicação**

**Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia**

**Departamento de Polícia Municipal e de Protecção Civil**

Divisão de Polícia Municipal

Divisão Administrativa e de Contra-Ordenações

**Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica**

**Direcção Municipal de Administração e Desenvolvimento Organizacional**

**Departamento de Tecnologias e Sistemas de Informação**

Divisão de Infra-estrutura e Administração de Sistemas

Divisão de Sistemas de Informação

**Departamento de Gestão de Recursos Humanos**

Divisão de Recursos Humanos

Divisão de Formação e Valorização Profissional

**Departamento de Gestão Organizacional**

**Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Financeira e Patrimonial**

**Departamento de Planeamento e Gestão Financeira**

Divisão de Plano e Orçamento

Divisão de Gestão Financeira

**Departamento de Gestão Patrimonial e Contratação Pública**

Divisão de Gestão Patrimonial

Divisão de Contratação Pública

**Direcção Municipal de Planeamento, Urbanismo e Habitação**

**Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística**

Divisão de Planeamento

Divisão de Estruturação Urbana

Divisão de Licenciamentos e Apoio às Actividades Económicas

Divisão de Atendimento e Apoio Administrativo

Divisão de Acessibilidades e Mobilidade

**Departamento de Projectos Especiais**

**Departamento de Habitação**

Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional

Divisão de Gestão Social

**Direcção Municipal de Obras e Ambiente**

**Departamento de Obras Municipais**

Divisão de Estudos e Projectos

Divisão de Equipamentos Municipais

Divisão de Infra-estruturas Municipais

Divisão de Gestão do Espaço Público

Divisão de Trânsito e Transportes

**Departamento de Ambiente e Equipamento**

Divisão de Espaços Verdes

Divisão de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos

Divisão de Viaturas e Máquinas

Divisão de Higiene Pública e Abastecimento

**Direcção Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural**

**Departamento de Acção Social e Desporto**

Divisão de Acção Social, Saúde e Juventude

Divisão de Desporto

**Departamento de Património Histórico, Cultura e Bibliotecas**

Divisão de Património Histórico e Museológico

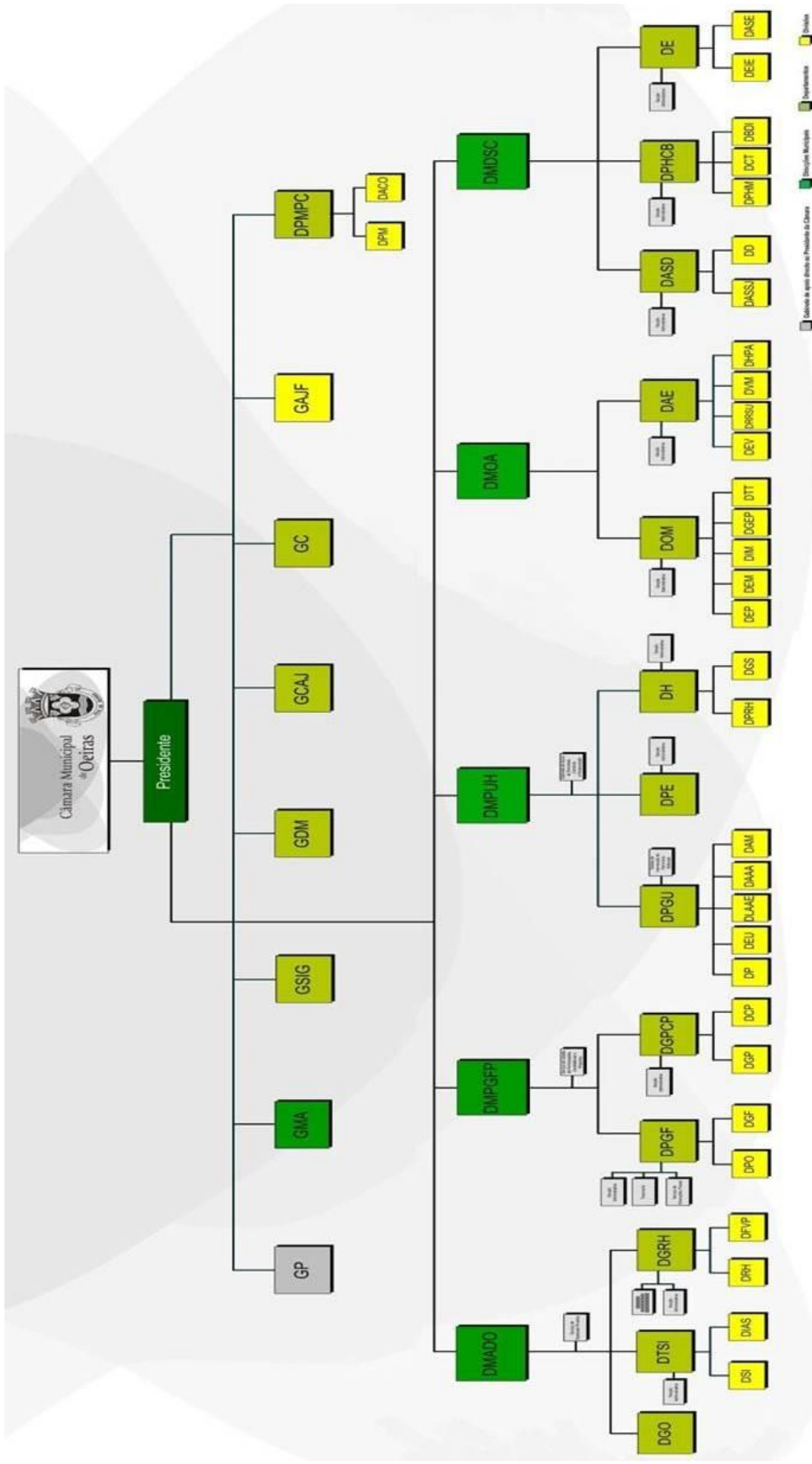
Divisão de Cultura e Turismo

Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação

**Departamento de Educação**

Divisão de Equipamentos e Infra-Estruturas da Educação

Divisão de Apoio Sócio-Educativo



## 2. Execução das Grandes Opções do Plano

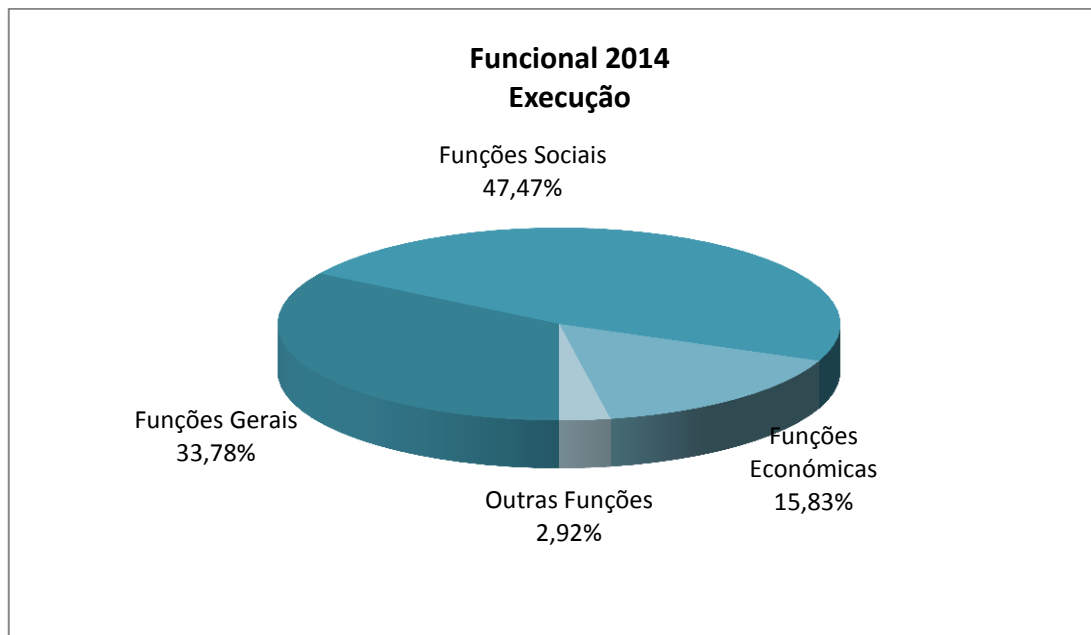
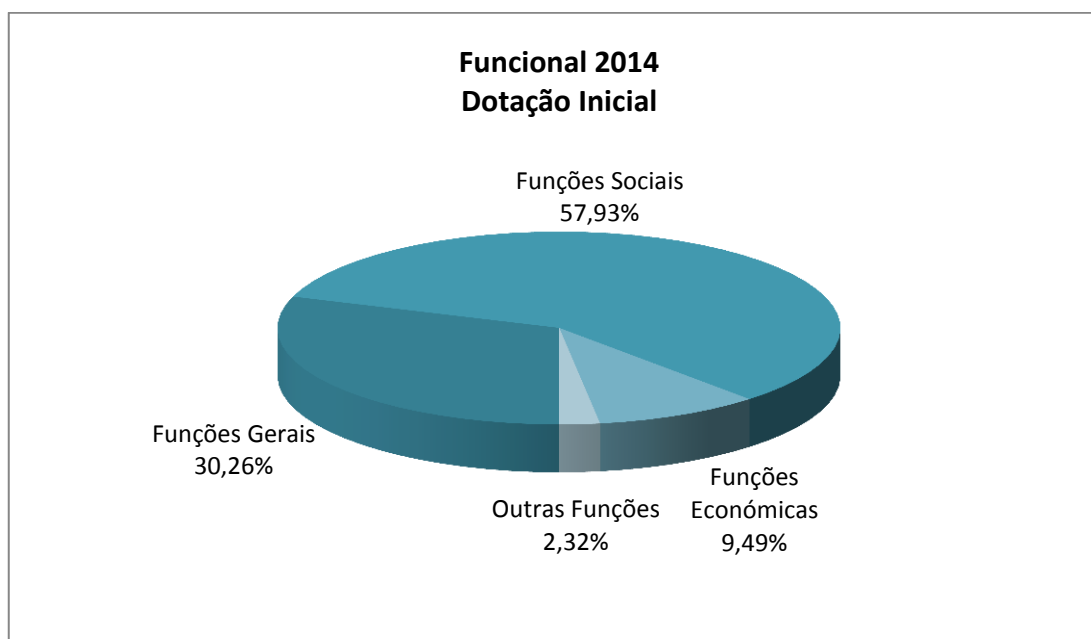
### 2.1. Execução por Classificação Funcional

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014 foram elaboradas de acordo com o Decreto-Lei n.º 54-A/99 (POCAL), de 22 de Fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro.

Foi também aplicado o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, com a adaptação efetuada pela Direcção - Geral da Administração Autárquica.

Funcional	Dotação Inicial	Dotação Atual	Realizado Jan. a Mar.	Realizado Acumulado	Saldo	% Realiz. Jan a Mar	% Realiz. Acum.
<b>1. Funções Gerais</b>	<b>25.792.289,00</b>	<b>27.496.986,59</b>	<b>3.283.846,38</b>	<b>3.283.846,38</b>	<b>24.213.140,21</b>	<b>11,94%</b>	<b>11,94%</b>
1.1.0. Serviços Gerais de Admin. Pública	23.813.967,00	25.478.664,59	3.003.050,38	3.003.050,38	22.475.614,21	11,79%	11,79%
1.2.0. Segurança e Ordem Pública	1.978.322,00	2.018.322,00	280.796,00	280.796,00	1.737.526,00	13,91%	13,91%
<b>2. Funções Sociais</b>	<b>49.370.659,00</b>	<b>48.601.473,17</b>	<b>4.613.936,76</b>	<b>4.613.936,76</b>	<b>43.987.536,41</b>	<b>9,49%</b>	<b>9,49%</b>
2.1.0. Educação	7.833.653,00	8.048.803,00	773.413,04	773.413,04	7.275.389,96	9,61%	9,61%
2.2.0. Saúde	2.504.450,00	2.561.750,00	75.786,97	75.786,97	2.485.963,03	2,96%	2,96%
2.3.0. Segurança e Acção Sociais	5.237.284,00	3.894.333,08	271.735,51	271.735,51	3.622.597,57	6,98%	6,98%
2.4.0. Habitação e Serviços Coletivos	20.842.026,00	20.950.797,44	2.566.462,38	2.566.462,38	18.384.335,06	12,25%	12,25%
2.5.0. Serv. Culturais, Recreativos e Relig.	12.953.246,00	13.145.789,65	926.538,86	926.538,86	12.219.250,79	7,05%	7,05%
<b>3. Funções Económicas</b>	<b>8.089.847,00</b>	<b>6.771.135,24</b>	<b>1.539.064,51</b>	<b>1.539.064,51</b>	<b>5.232.070,73</b>	<b>22,73%</b>	<b>22,73%</b>
3.2.0. Indústria e Energia	3.007.101,00	2.356.250,57	1.351.525,48	1.351.525,48	1.004.725,09	57,36%	57,36%
3.3.0. Transportes e Comunicações	3.486.972,00	3.423.110,67	148.698,12	148.698,12	3.274.412,55	4,34%	4,34%
3.4.0. Comércio e Turismo	495.774,00	491.774,00	24.068,30	24.068,30	467.705,70	4,89%	4,89%
3.5.0. Outras Funções Económicas	1.100.000,00	500.000,00	14.772,61	14.772,61	485.227,39	2,95%	2,95%
<b>4. Outras Funções</b>	<b>1.974.215,00</b>	<b>2.303.215,00</b>	<b>283.380,18</b>	<b>283.380,18</b>	<b>2.019.834,82</b>	<b>12,30%</b>	<b>12,30%</b>
4.1.0. Operações da Dívida Autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
4.2.0. Transfer. entre Administrações	1.773.685,00	1.773.685,00	257.216,80	257.216,80	1.516.468,20	14,50%	14,50%
4.3.0. Diversas não especificadas	200.530,00	529.530,00	26.163,38	26.163,38	503.366,62	4,94%	4,94%
<b>Total</b>	<b>85.227.010,00</b>	<b>85.172.810,00</b>	<b>9.720.227,83</b>	<b>9.720.227,83</b>	<b>75.452.582,17</b>	<b>11,41%</b>	<b>11,41%</b>

Os gráficos seguintes representam o valor inicial das GOP e a realização acumulada até ao mês de Março:



Para uma análise mais detalhada apresenta-se o mapa da execução das GOP, por classificação funcional, desagregada.

Funcional	Dotação Inicial	Dotação Atual	Realizado Jan. a Mar.	Realizado Acumulado	% Realiz. Jan a Mar	% Realiz. Acum.
<b>1. Funções Gerais</b>	<b>25.792.289,00</b>	<b>27.496.986,59</b>	<b>3.283.846,38</b>	<b>3.283.846,38</b>	<b>11,94%</b>	<b>11,94%</b>
1.1.0. Serviços gerais de administração pública	23.813.967,00	25.478.664,59	3.003.050,38	3.003.050,38	11,79%	11,79%
1.1.1. Administração geral	23.813.967,00	25.478.664,59	3.003.050,38	3.003.050,38	11,79%	11,79%
1.2.0. Segurança e Ordem Pública	1.978.322,00	2.018.322,00	280.796,00	280.796,00	13,91%	13,91%
1.2.1. Protecção civil e luta contra incêndios	1.381.984,00	1.421.984,00	280.209,00	280.209,00	19,71%	19,71%
1.2.2. Polícia municipal	596.338,00	596.338,00	587,00	587,00	0,10%	0,10%
<b>2. Funções Sociais</b>	<b>49.370.659,00</b>	<b>48.601.473,17</b>	<b>4.613.936,76</b>	<b>4.613.936,76</b>	<b>9,49%</b>	<b>9,49%</b>
2.1.0. Educação	7.833.653,00	8.048.803,00	773.413,04	773.413,04	9,61%	9,61%
2.1.1. Ensino não superior	4.116.634,00	4.331.784,00	186.493,44	186.493,44	4,31%	4,31%
2.1.2. Serviços auxiliares de ensino	3.717.019,00	3.717.019,00	586.919,60	586.919,60	15,79%	15,79%
2.2.0. Saúde	2.504.450,00	2.561.750,00	75.786,97	75.786,97	2,96%	2,96%
2.2.1. Serviços individuais de saúde	2.504.450,00	2.561.750,00	75.786,97	75.786,97	2,96%	2,96%
2.3.0. Segurança e ação sociais	5.237.284,00	3.894.333,08	271.735,51	271.735,51	6,98%	6,98%
2.3.2. Acção social	5.237.284,00	3.894.333,08	271.735,51	271.735,51	6,98%	6,98%
2.4.0. Habitação e serviços coletivos	20.842.026,00	20.950.797,44	2.566.462,38	2.566.462,38	12,25%	12,25%
2.4.1. Habitação	5.857.106,00	5.857.106,00	865.071,64	865.071,64	14,77%	14,77%
2.4.2. Ordenamento do território	4.335.272,00	4.244.522,00	211.242,48	211.242,48	4,98%	4,98%
2.4.3. Saneamento	1.111.593,00	1.096.454,33	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2.4.5. Resíduos sólidos	4.667.355,00	4.701.864,68	906.269,11	906.269,11	19,27%	19,27%
2.4.6. Protecção meio ambiente e cons. natureza	4.870.700,00	5.050.850,43	583.879,15	583.879,15	11,56%	11,56%
2.5.0. Serviços culturais, recreativos e religiosos	12.953.246,00	13.145.789,65	926.538,86	926.538,86	7,05%	7,05%
2.5.1. Cultura	10.130.557,00	10.007.349,73	374.355,86	374.355,86	3,74%	3,74%
2.5.2. Desporto, recreio e lazer	2.822.689,00	3.138.439,92	552.183,00	552.183,00	17,59%	17,59%
<b>3. Funções Económicas</b>	<b>8.089.847,00</b>	<b>6.771.135,24</b>	<b>1.539.064,51</b>	<b>1.539.064,51</b>	<b>22,73%</b>	<b>22,73%</b>
3.1.0. Agricultura, pecuária, silv., caça e pesca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
3.2.0. Indústria e energia	3.007.101,00	2.356.250,57	1.351.525,48	1.351.525,48	57,36%	57,36%
3.3.0. Transportes e comunicações	3.486.972,00	3.423.110,67	148.698,12	148.698,12	4,34%	4,34%
3.3.1. Transportes rodoviários	3.486.972,00	3.423.110,67	148.698,12	148.698,12	4,34%	4,34%
3.4.0. Comércio e turismo	495.774,00	491.774,00	24.068,30	24.068,30	4,89%	4,89%
3.4.1. Mercados e feiras	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
3.4.2. Turismo	495.274,00	491.274,00	24.068,30	24.068,30	4,90%	4,90%
3.5.0. Outras funções económicas	1.100.000,00	500.000,00	14.772,61	14.772,61	2,95%	2,95%
<b>4. Outras Funções</b>	<b>1.974.215,00</b>	<b>2.303.215,00</b>	<b>283.380,18</b>	<b>283.380,18</b>	<b>12,30%</b>	<b>12,30%</b>
4.1.0. Operações da dívida autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
4.2.0. Transferências entre administrações	1.773.685,00	1.773.685,00	257.216,80	257.216,80	14,50%	14,50%
4.3.0. Diversas não especificadas	200.530,00	529.530,00	26.163,38	26.163,38	4,94%	4,94%
<b>Total</b>	<b>85.227.010,00</b>	<b>85.172.810,00</b>	<b>9.720.227,83</b>	<b>9.720.227,83</b>	<b>11,41%</b>	<b>11,41%</b>



## 2.2. Execução por Unidade Orgânica

O seguinte quadro permite a análise, por unidade orgânica e Direcção Municipal, do nível de execução alcançado, em valor e percentagem. A taxa de execução é apurada com base na dotação atual, na qual estão incluídos os reforços e reduções efetuados, sendo ainda apresentado o valor da dotação inicial.

Orgânica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Cabimentos	Realizado Jan a Mar	Realizado Acumulado	% Cab.	% Realiz. Jan/Mar	% Realiz. Acum.
<b>2 SA</b>	<b>9.705.069,00</b>	<b>9.754.478,60</b>	<b>5.963.638,74</b>	<b>1.309.373,14</b>	<b>1.309.373,14</b>	<b>61,14%</b>	<b>13,42%</b>	<b>13,42%</b>
211 GP	889.500,00	899.500,00	428.394,43	28.428,84	28.428,84	47,63%	3,16%	3,16%
221 GMA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
231 GDM	123.536,00	123.536,00	18.944,46	6.888,00	6.888,00	15,34%	5,58%	5,58%
241 GCAJ	3.869.563,00	3.869.563,00	3.056.096,49	690.208,49	690.208,49	78,98%	17,84%	17,84%
251 GC	1.009.138,00	1.008.547,60	418.976,81	67.264,02	67.264,02	41,54%	6,67%	6,67%
261 GAJF	1.337.000,00	1.337.000,00	179.823,40	179.823,40	179.823,40	13,45%	13,45%	13,45%
<b>27 DPMP</b>	<b>1.944.332,00</b>	<b>1.984.332,00</b>	<b>1.803.758,76</b>	<b>280.796,00</b>	<b>280.796,00</b>	<b>90,90%</b>	<b>14,15%</b>	<b>14,15%</b>
271 DPMP	1.944.332,00	1.984.332,00	1.803.758,76	280.796,00	280.796,00	90,90%	14,15%	14,15%
272 DPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
273 DACO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
281 GSIG	507.000,00	507.000,00	57.644,39	55.964,39	55.964,39	11,37%	11,04%	11,04%
<b>3 DMADO</b>	<b>4.266.769,00</b>	<b>4.321.643,30</b>	<b>3.350.851,46</b>	<b>379.736,67</b>	<b>379.736,67</b>	<b>77,54%</b>	<b>8,79%</b>	<b>8,79%</b>
<b>31 DMADO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
311 DMADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
<b>32 DTSI</b>	<b>1.983.516,00</b>	<b>1.985.727,65</b>	<b>1.454.039,32</b>	<b>224.722,40</b>	<b>224.722,40</b>	<b>73,22%</b>	<b>11,32%</b>	<b>11,32%</b>
321 DTSI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
322 DIAS	1.288.207,00	1.290.418,65	868.145,23	129.731,32	129.731,32	67,28%	10,05%	10,05%
323 DSI	695.309,00	695.309,00	585.894,09	94.991,08	94.991,08	84,26%	13,66%	13,66%
<b>33 DGRH</b>	<b>1.253.253,00</b>	<b>1.285.915,65</b>	<b>916.475,04</b>	<b>100.636,03</b>	<b>100.636,03</b>	<b>71,27%</b>	<b>7,83%</b>	<b>7,83%</b>
331 DGRH	177.000,00	209.662,65	189.083,91	50.296,21	50.296,21	90,18%	23,99%	23,99%
332 DRH	946.000,00	946.000,00	660.538,01	47.385,27	47.385,27	69,82%	5,01%	5,01%
333 DFVP	130.253,00	130.253,00	66.853,12	2.954,55	2.954,55	51,33%	2,27%	2,27%
<b>34 DGO</b>	<b>1.030.000,00</b>	<b>1.050.000,00</b>	<b>980.337,10</b>	<b>54.378,24</b>	<b>54.378,24</b>	<b>93,37%</b>	<b>5,18%</b>	<b>5,18%</b>
341 DGO	1.030.000,00	1.050.000,00	980.337,10	54.378,24	54.378,24	93,37%	5,18%	5,18%

(continua)

(continuação)

Orgânica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Cabimentos	Realizado Jan a Mar	Realizado Acumulado	% Cab.	% Realiz. Jan/Mar	% Realiz. Acum.	
<b>4</b>	<b>DMPGFP</b>	<b>12.464.464,00</b>	<b>12.102.094,40</b>	<b>11.541.785,70</b>	<b>1.456.646,40</b>	<b>1.456.646,40</b>	<b>95,37%</b>	<b>12,04%</b>	<b>12,04%</b>
<b>41</b>	<b>DMPGFP</b>	<b>75.000,00</b>	<b>75.000,00</b>	<b>64.206,00</b>	<b>4.059,00</b>	<b>4.059,00</b>	<b>85,61%</b>	<b>5,41%</b>	<b>5,41%</b>
411	DMPGFP	75.000,00	75.000,00	64.206,00	4.059,00	4.059,00	85,61%	5,41%	5,41%
<b>42</b>	<b>DPGF</b>	<b>1.276.530,00</b>	<b>1.005.530,00</b>	<b>857.984,40</b>	<b>40.935,99</b>	<b>40.935,99</b>	<b>85,33%</b>	<b>4,07%</b>	<b>4,07%</b>
421	DPGF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
422	DPO	1.100.000,00	500.000,00	401.704,40	14.772,61	14.772,61	80,34%	2,95%	2,95%
423	DGF	176.530,00	505.530,00	456.280,00	26.163,38	26.163,38	90,26%	5,18%	5,18%
<b>43</b>	<b>DGPCP</b>	<b>11.112.934,00</b>	<b>11.021.564,40</b>	<b>10.619.595,30</b>	<b>1.411.651,41</b>	<b>1.411.651,41</b>	<b>96,35%</b>	<b>12,81%</b>	<b>12,81%</b>
431	DGPCP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
432	DGP	11.077.934,00	10.986.564,40	10.592.203,17	1.408.489,90	1.408.489,90	96,41%	12,82%	12,82%
433	DCP	35.000,00	35.000,00	27.392,13	3.161,51	3.161,51	78,26%	9,03%	9,03%
<b>5</b>	<b>DMPUH</b>	<b>10.304.179,00</b>	<b>10.205.929,00</b>	<b>7.181.804,70</b>	<b>456.877,01</b>	<b>456.877,01</b>	<b>70,37%</b>	<b>4,48%</b>	<b>4,48%</b>
<b>51</b>	<b>DMPUH</b>	<b>1.531.891,00</b>	<b>1.433.641,00</b>	<b>830.138,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>57,90%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
511	DMPUH	1.531.891,00	1.433.641,00	830.138,61	0,00	0,00	57,90%	0,00%	0,00%
<b>52</b>	<b>DPGU</b>	<b>1.040.773,00</b>	<b>1.040.773,00</b>	<b>187.261,81</b>	<b>24.876,57</b>	<b>24.876,57</b>	<b>17,99%</b>	<b>2,39%</b>	<b>2,39%</b>
521	DPGU	854.740,00	854.740,00	64.048,55	0,00	0,00	7,49%	0,00%	0,00%
522	DP	26.550,00	26.550,00	21.549,41	5.241,03	5.241,03	81,17%	19,74%	19,74%
523	DEU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
524	DLAAE	155.000,00	155.000,00	99.731,60	19.635,54	19.635,54	64,34%	12,67%	12,67%
525	DAAA	4.483,00	4.483,00	1.932,25	0,00	0,00	43,10%	0,00%	0,00%
526	DAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
<b>53</b>	<b>DPE</b>	<b>5.613.975,00</b>	<b>5.613.975,00</b>	<b>5.026.120,21</b>	<b>248.525,07</b>	<b>248.525,07</b>	<b>89,53%</b>	<b>4,43%</b>	<b>4,43%</b>
531	DPE	5.613.975,00	5.613.975,00	5.026.120,21	248.525,07	248.525,07	89,53%	4,43%	4,43%
<b>54</b>	<b>DH</b>	<b>2.117.540,00</b>	<b>2.117.540,00</b>	<b>1.138.284,07</b>	<b>183.475,37</b>	<b>183.475,37</b>	<b>53,76%</b>	<b>8,66%</b>	<b>8,66%</b>
541	DH	4.250,00	4.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
542	DPRH	2.051.010,00	2.051.010,00	1.121.724,57	179.335,49	179.335,49	54,69%	8,74%	8,74%
543	DGS	62.280,00	62.280,00	16.559,50	4.139,88	4.139,88	26,59%	6,65%	6,65%

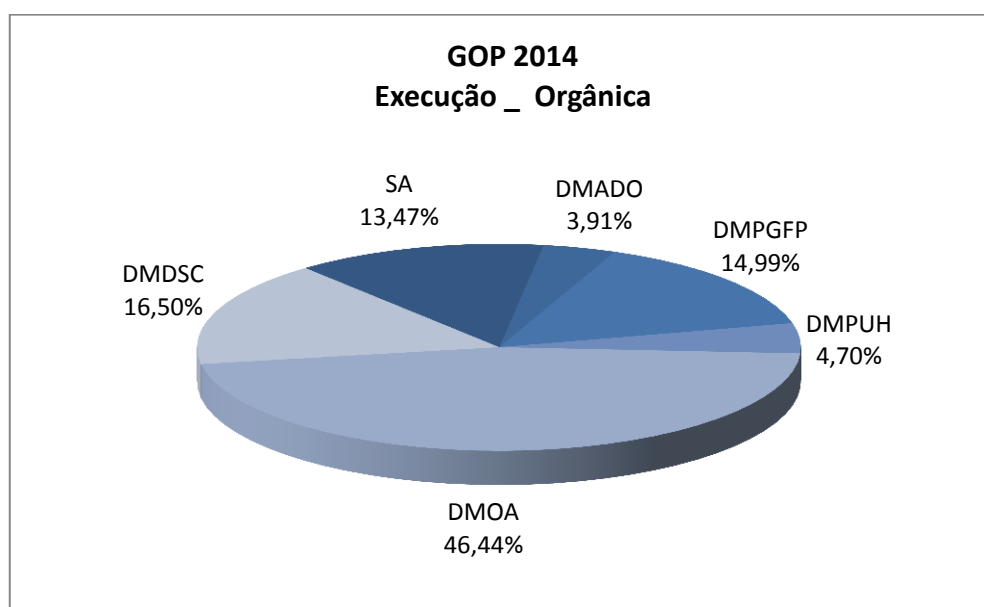
(continua)

(continuação)

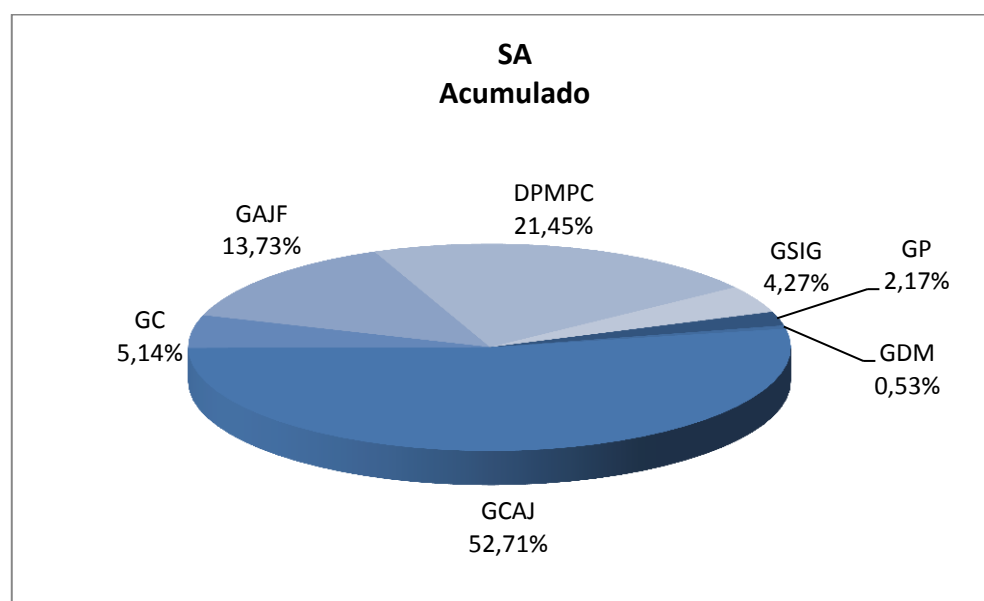
Orgânica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Cabimentos	Realizado Jan a Mar	Realizado Acumulado	% Cab.	% Realiz. Jan/Mar	% Realiz. Acum.
<b>6 DMOA</b>	<b>38.139.083,00</b>	<b>38.467.258,70</b>	<b>32.167.892,69</b>	<b>4.513.794,51</b>	<b>4.513.794,51</b>	<b>83,62%</b>	<b>11,73%</b>	<b>11,73%</b>
<b>61 DMOA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
611 DMOA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
<b>62 DOM</b>	<b>24.772.484,00</b>	<b>24.062.421,92</b>	<b>21.126.712,37</b>	<b>2.349.552,54</b>	<b>2.349.552,54</b>	<b>87,80%</b>	<b>9,76%</b>	<b>9,76%</b>
621 DOM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
622 DEP	910.971,00	910.971,00	714.293,27	217.102,64	217.102,64	78,41%	23,83%	23,83%
623 DEM	16.528.723,00	16.509.511,35	15.193.567,29	541.858,98	541.858,98	92,03%	3,28%	3,28%
624 DIM	2.871.392,00	2.888.392,00	2.565.747,28	125.218,64	125.218,64	88,83%	4,34%	4,34%
625 DGEP	3.523.287,00	2.915.436,57	2.191.485,07	1.424.852,26	1.424.852,26	75,17%	48,87%	48,87%
626 DTT	938.111,00	838.111,00	461.619,46	40.520,02	40.520,02	55,08%	4,83%	4,83%
<b>63 DAE</b>	<b>13.366.599,00</b>	<b>14.404.836,78</b>	<b>11.041.180,32</b>	<b>2.164.241,97</b>	<b>2.164.241,97</b>	<b>76,65%</b>	<b>15,02%</b>	<b>15,02%</b>
631 DAE	4.257.584,00	4.258.805,39	1.941.560,76	937.993,08	937.993,08	45,59%	22,02%	22,02%
632 DEV	3.811.174,00	4.026.603,04	3.805.255,39	520.678,70	520.678,70	94,50%	12,93%	12,93%
633 DRRSU	475.221,00	475.221,00	457.068,85	25.840,72	25.840,72	96,18%	5,44%	5,44%
634 DVM	4.766.120,00	5.587.707,35	4.811.397,67	670.332,27	670.332,27	86,11%	12,00%	12,00%
635 DHPA	56.500,00	56.500,00	25.897,65	9.397,20	9.397,20	45,84%	16,63%	16,63%
<b>7 DMDSC</b>	<b>10.347.446,00</b>	<b>10.321.406,00</b>	<b>6.123.350,11</b>	<b>1.603.800,10</b>	<b>1.603.800,10</b>	<b>59,33%</b>	<b>15,54%</b>	<b>15,54%</b>
<b>71 DMDSC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
711 DMDSC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
<b>72 DASD</b>	<b>4.513.479,00</b>	<b>4.472.729,00</b>	<b>2.295.930,08</b>	<b>789.628,95</b>	<b>789.628,95</b>	<b>51,33%</b>	<b>17,65%</b>	<b>17,65%</b>
721 DASD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
723 DASSJ	3.086.647,00	2.730.897,00	1.470.319,44	387.955,89	387.955,89	53,84%	14,21%	14,21%
724 DD	1.426.832,00	1.741.832,00	825.610,64	401.673,06	401.673,06	47,40%	23,06%	23,06%
<b>73 DPHCB</b>	<b>1.841.088,00</b>	<b>1.855.798,00</b>	<b>860.896,63</b>	<b>67.579,55</b>	<b>67.579,55</b>	<b>46,39%</b>	<b>3,64%</b>	<b>3,64%</b>
731 DPHCB	68.332,00	68.332,00	51.604,75	8.681,91	8.681,91	75,52%	12,71%	12,71%
732 DPHM	238.500,00	238.500,00	127.912,79	1.539,92	1.539,92	53,63%	0,65%	0,65%
733 DCT	1.357.912,00	1.372.622,00	573.061,27	52.954,67	52.954,67	41,75%	3,86%	3,86%
734 DBDI	176.344,00	176.344,00	108.317,82	4.403,05	4.403,05	61,42%	2,50%	2,50%
<b>74 DE</b>	<b>3.992.879,00</b>	<b>3.992.879,00</b>	<b>2.966.523,40</b>	<b>746.591,60</b>	<b>746.591,60</b>	<b>74,30%</b>	<b>18,70%</b>	<b>18,70%</b>
741 DE	105.659,00	108.037,00	73.691,52	23.097,50	23.097,50	68,21%	21,38%	21,38%
742 DEIE	376.232,00	373.854,00	204.586,61	159.672,00	159.672,00	54,72%	42,71%	42,71%
743 DASE	3.510.988,00	3.510.988,00	2.688.245,27	563.822,10	563.822,10	76,57%	16,06%	16,06%
<b>Total</b>	<b>85.227.010,00</b>	<b>85.172.810,00</b>	<b>66.329.323,40</b>	<b>9.720.227,83</b>	<b>9.720.227,83</b>	<b>77,88%</b>	<b>11,41%</b>	<b>11,41%</b>

A análise do quadro anterior tem a seguinte leitura, no que respeita ao acumulado do investimento realizado por **Direcção Municipal**:

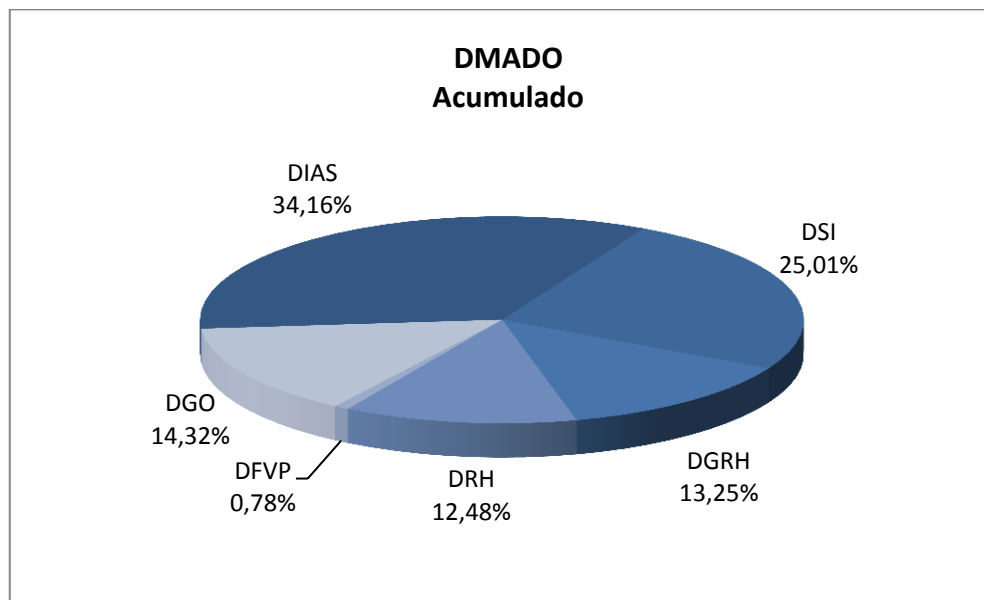
### 1. Serviços de Assessoria e Direcções Municipais



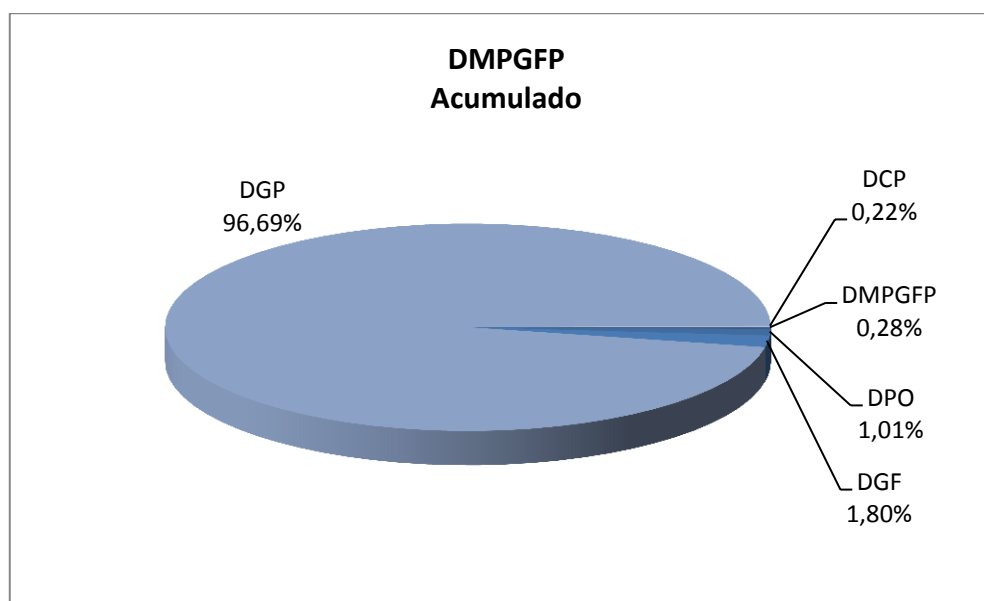
### 2. Serviços de Assessoria ou na direta dependência do Presidente da Câmara



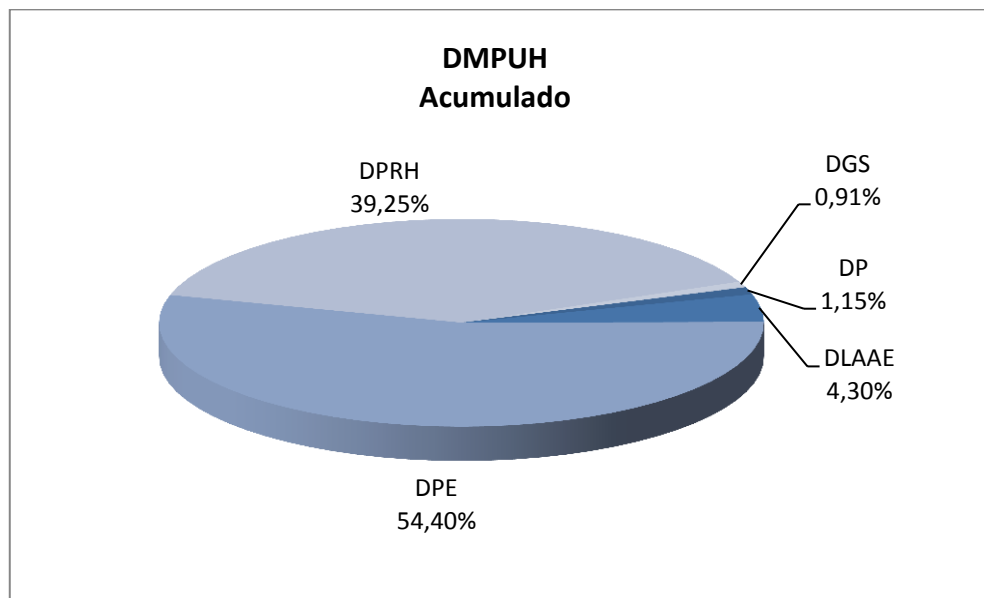
### 3. Direcção Municipal de Administração e Desenvolvimento Organizacional



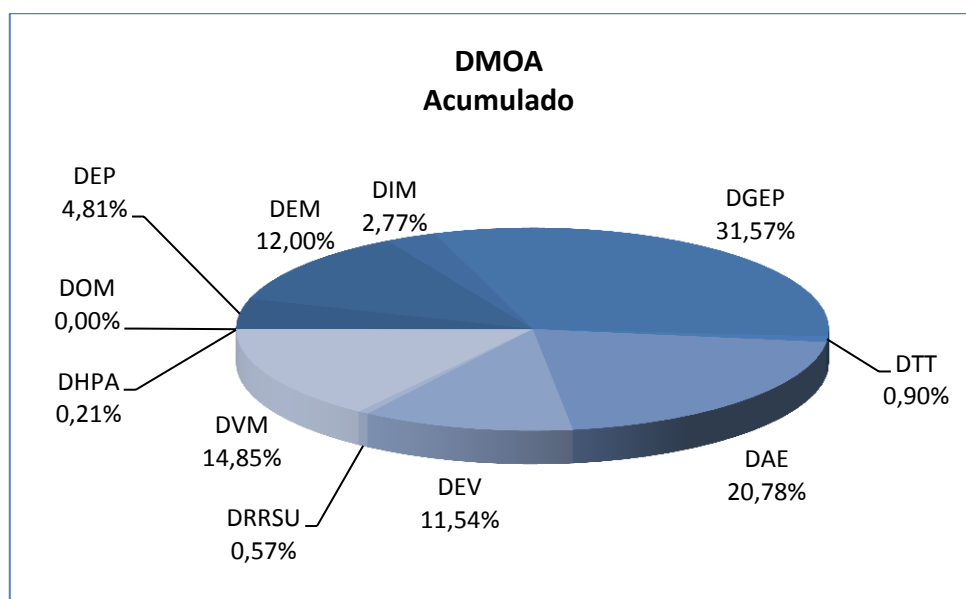
### 4. Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Financeira e Patrimonial



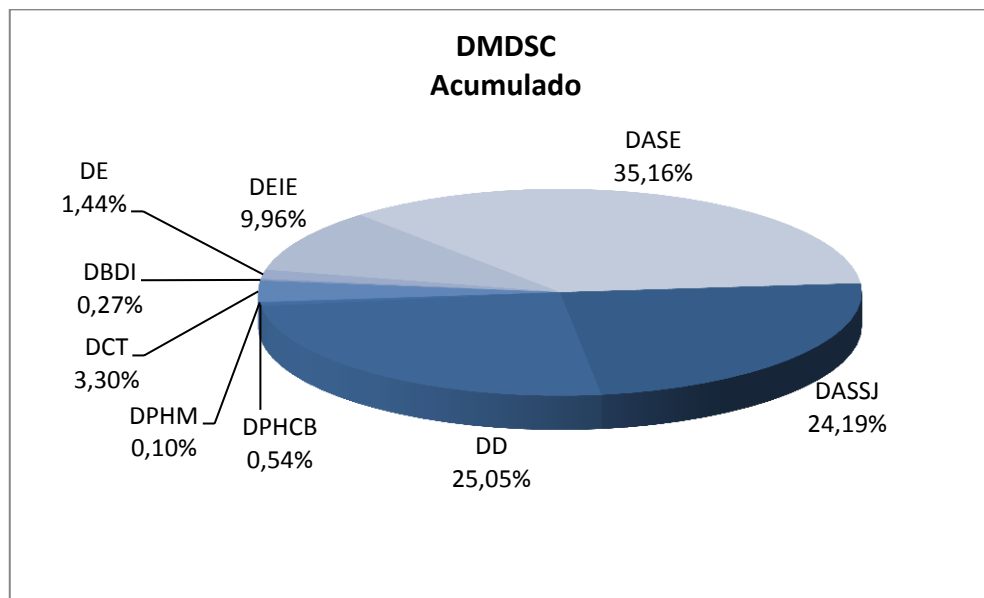
## 5. Direcção Municipal de Planeamento, Urbanismo e Habitação



## 6. Direcção Municipal de Obras e Ambiente



## 7. Direcção Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural



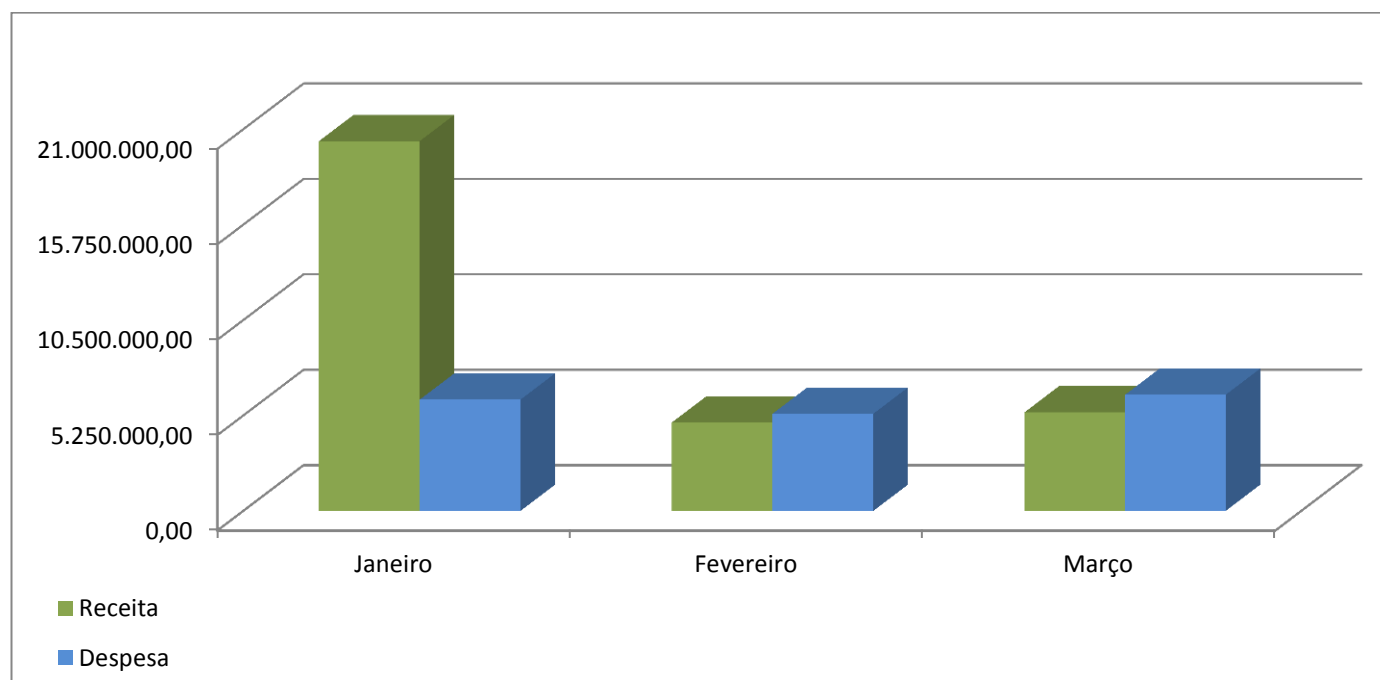
### 3. Situação Financeira e Grau de Execução Orçamental

Os quadros e gráficos apresentados procuram facilitar a leitura da situação financeira atual e da sua evolução ao longo de 2014.

O quadro seguinte mostra os valores da Receita cobrada e Despesa efetuada, correntes e de capital, totalizando a Receita € **30.628.690,56** e a Despesa € **17.855.502,87**. No total da Despesa está incluído o valor de € **9.720.227,83**, referente à execução das Grandes Opções do Plano (GOP).

Mês	Receita				Despesa		
	Corrente	Capital	Outras Receitas*	Total	Corrente	Capital	Total
Janeiro	20.295.233,84	33.250,69	17.093,43	<b>20.345.577,96</b>	4.585.883,66	1.536.467,02	<b>6.122.350,68</b>
Fevereiro	4.858.221,76	2.646,64	414,95	<b>4.861.283,35</b>	4.910.083,50	434.715,09	<b>5.344.798,59</b>
Março	5.399.318,44	0,00	22.510,81	<b>5.421.829,25</b>	5.914.929,39	473.424,21	<b>6.388.353,60</b>
	<b>30.552.774,04</b>	<b>35.897,33</b>	<b>40.019,19</b>	<b>30.628.690,56</b>	<b>15.410.896,55</b>	<b>2.444.606,32</b>	<b>17.855.502,87</b>

\* Outras Receitas – Corresponde às rubricas 15 - Reposições não abatidas nos pagamentos e 16 - Saldo da gerência anterior.



Destaque para o aumento de receita do mês de janeiro proveniente do Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis de dezembro de 2013 recebido em janeiro de 2014 e da distribuição de resultados de 2012 dos SMAS no montante de € 11.044.059,05 e de € 3.000.000,00 respectivamente.



Do total da receita e despesa prevista para o Orçamento de 2014 verifica-se que, até 31 de Março, a execução destas apresentam taxas de 29,39% na receita corrente, 0,16% na de capital, 18,99% na despesa corrente e 5,31% na despesa de capital, sendo que a execução total nestas duas componentes do orçamento são de 24,09% e 14,04%, respectivamente.

	Receita				Despesa			
	Orçamento		Execução		Orçamento		Execução	
	Inicial	Atual	Valor	%	Inicial	Atual	Valor	%
<b>Corrente</b>	103.941.648,00	103.941.648,00	30.552.774,04	29,39%	81.141.575,00	81.141.575,00	15.410.896,55	18,99%
<b>Capital</b>	23.155.587,00	23.155.587,00	35.897,33	0,16%	46.013.178,00	46.013.178,00	2.444.606,32	5,31%
<b>Outras Receitas</b>	57.518,00	57.518,00	40.019,19	69,58%				
<b>Total</b>	<b>127.154.753,00</b>	<b>127.154.753,00</b>	<b>30.628.690,56</b>	<b>24,09%</b>	<b>127.154.753,00</b>	<b>127.154.753,00</b>	<b>17.855.502,87</b>	<b>14,04%</b>

O Orçamento inicial de 2014, comparativamente a 2013, regista um decréscimo de 7,31%, tendo-se verificado as seguintes alterações, em valor absoluto e percentual:

	Receita				Despesa			
	Orçamento		Variação		Orçamento		Variação	
	2013	2014	Valor	%	2013	2014	Valor	%
<b>Corrente</b>	107.618.221,00	103.941.648,00	-3.676.573,00	-3,42%	88.859.476,00	81.141.575,00	-7.717.901,00	-8,69%
<b>Capital</b>	29.567.366,00	23.213.105,00	-6.354.261,00	-21,49%	48.326.111,00	46.013.178,00	-2.312.933,00	-4,79%
<b>Total</b>	<b>137.185.587,00</b>	<b>127.154.753,00</b>	<b>-10.030.834,00</b>	<b>-7,31%</b>	<b>137.185.587,00</b>	<b>127.154.753,00</b>	<b>-10.030.834,00</b>	<b>-7,31%</b>

Em relação à execução do Orçamento, comparando com igual período de 2013, verificam-se os seguintes valores:

	Receita				Despesa			
	Execução		Variação		Execução		Variação	
	2013	2014	Valor	%	2013	2014	Valor	%
<b>Corrente</b>	13.312.179,68	30.552.774,04	17.240.594,36	129,51%	14.461.847,37	15.410.896,55	949.049,18	6,56%
<b>Capital</b>	94.755,63	35.897,33	-58.858,30	-62,12%	3.282.565,27	2.444.606,32	-837.958,95	-25,53%
<b>Outras Receitas</b>	55.261,15	40.019,19	-15.241,96	-27,58%				
<b>Total</b>	<b>13.462.196,46</b>	<b>30.628.690,56</b>	<b>17.166.494,10</b>	<b>127,52%</b>	<b>17.744.412,64</b>	<b>17.855.502,87</b>	<b>111.090,23</b>	<b>0,63%</b>

### 3.1. Receita

O nível de execução dos vários capítulos que constituem a Receita é apresentado com base nos valores acumulados ao longo do ano, face ao Orçamento anual.

Rubricas da Receita	Receita			
	Orçamento Inicial	Orçamento Atual	Execução	% Exec.
01 - Impostos Directos	65.404.478,00	65.404.478,00	17.228.073,41	26,34%
02 - Impostos Indirectos	2.046.464,00	2.046.464,00	1.038.204,14	50,73%
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.127.713,00	1.127.713,00	292.197,23	25,91%
05 - Rendimentos de Propriedade	2.106.547,00	2.106.547,00	3.041.102,73	144,36%
06 - Transferências Correntes	18.653.735,00	18.653.735,00	4.497.776,74	24,11%
07 - Venda Bens e Serviços Correntes	14.286.013,00	14.286.013,00	4.432.625,37	31,03%
08 – Outras Receitas Correntes	316.698,00	316.698,00	22.794,42	7,20%
<b>Receita Corrente</b>	<b>103.941.648,00</b>	<b>103.941.648,00</b>	<b>30.552.774,04</b>	<b>29,39%</b>
09 – Venda de Bens Investimento	22.531.084,00	22.531.084,00	11.074,64	0,05%
10 – Transferências de Capital	18.158,00	18.158,00	4.652,01	25,62%
11 - Activos Financeiros	556.344,00	556.344,00	0,00	0,00%
12 - Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
13 - Outras Receitas de Capital	50.001,00	50.001,00	20.170,68	40,34%
<b>Receita de Capital</b>	<b>23.155.587,00</b>	<b>23.155.587,00</b>	<b>35.897,33</b>	<b>0,16%</b>
15 – Reposições não Abatidas nos Pagamentos	57.518,00	57.518,00	40.019,19	69,58%
16 – Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Outras Receitas</b>	<b>57.518,00</b>	<b>57.518,00</b>	<b>40.019,19</b>	<b>69,58%</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>127.154.753,00</b>	<b>127.154.753,00</b>	<b>30.628.690,56</b>	<b>24,09%</b>

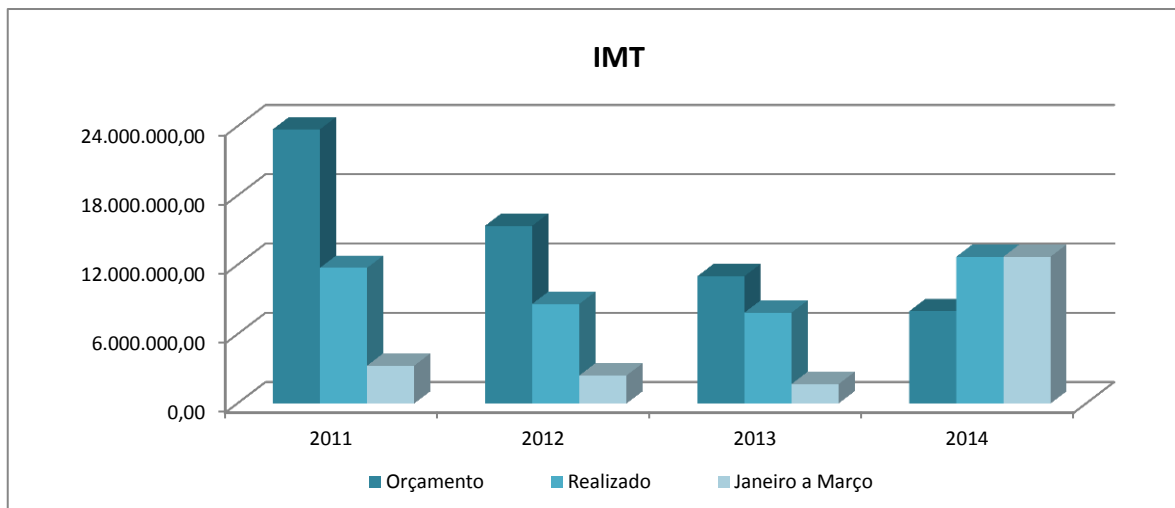
O valor apurado de € 17.228.073,41 no capítulo **01 - Impostos Directos**, com uma taxa de realização de 26,34%, representa 56,39% da receita corrente e 56,25% da receita total arrecadada. Para o montante alcançado destaca-se o IMT com € 12.713.869,91, o IUC com € 2.861.531,81 e o IMI com € 1.646.672,08.

Devido à importância do capítulo **01 - Impostos Directos** no total da receita apresenta-se seguidamente a análise detalhada dos Impostos nele incluídos.

## Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis

	Orçamento	Realizado	Janeiro a Março
2011	23.746.700,00	11.745.904,41	3.278.975,07
2012	15.389.914,00	8.624.559,72	2.428.676,70
2013	11.021.001,00	7.865.154,21	1.679.586,34
2014	7.996.480,00	12.719.869,52	12.719.869,52

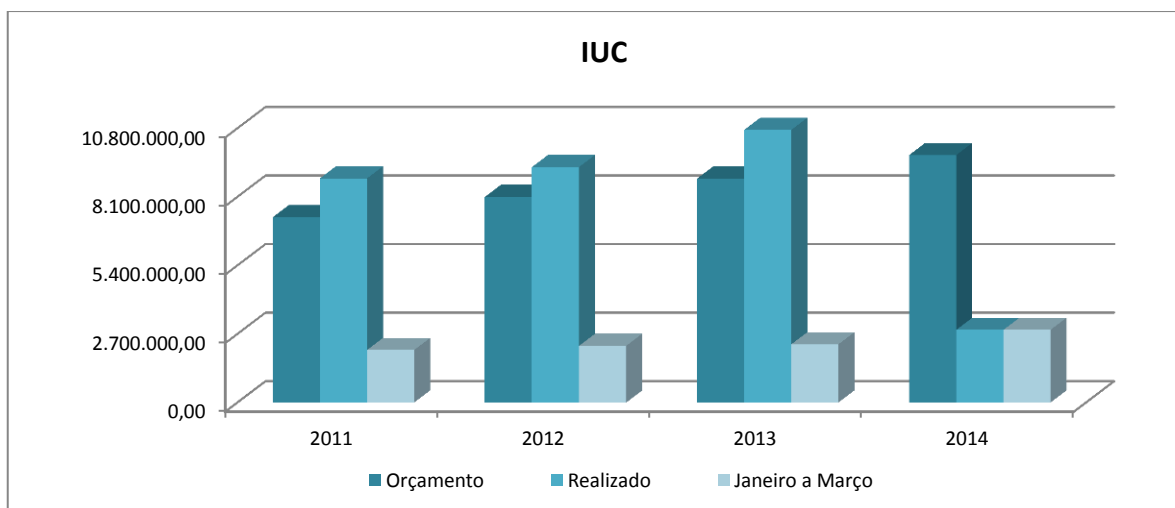
Inclui valor residual de SISA



## Imposto Único de Circulação

	Orçamento	Realizado	Janeiro a Março
2011	7.296.694,00	8.826.225,82	2.066.430,53
2012	8.097.055,00	9.275.218,84	2.233.154,64
2013	8.815.805,00	10.735.837,72	2.291.677,13
2014	9.745.826,00	2.861.531,81	2.861.531,81

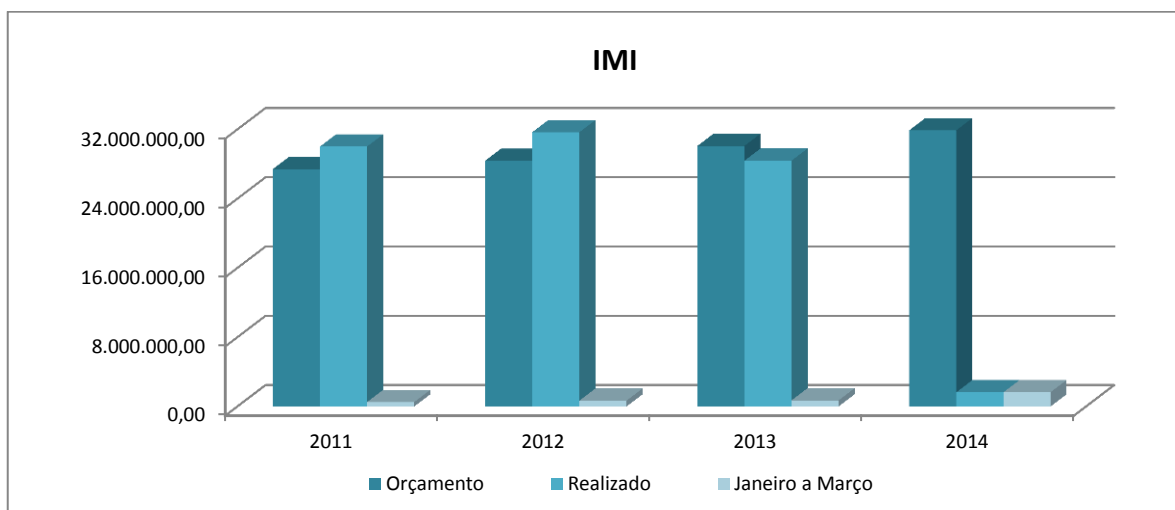
Inclui valor residual de Imposto Municipal sobre Veículos



## Imposto Municipal sobre Imóveis

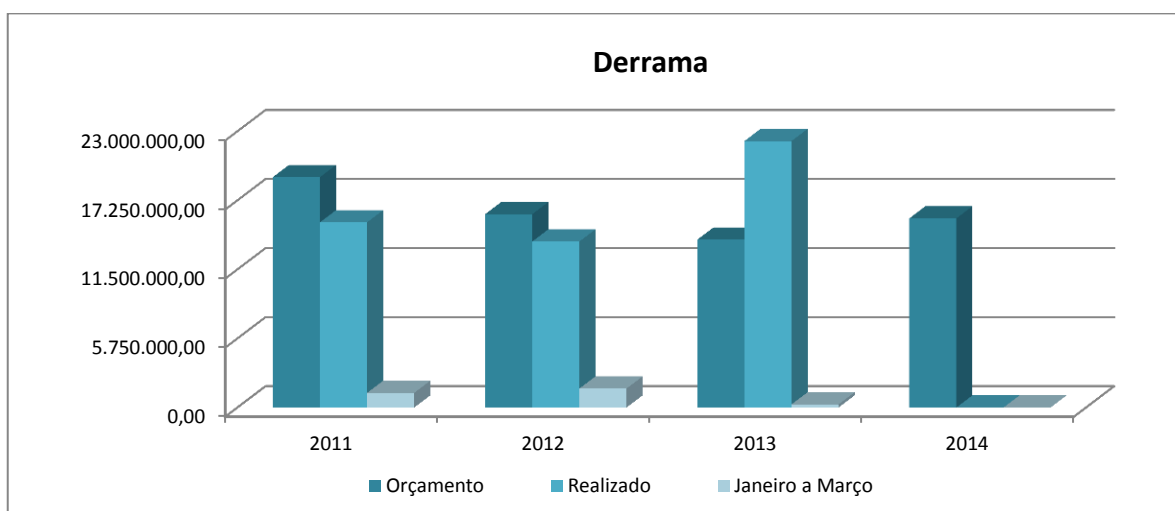
	Orçamento	Realizado	Janeiro a Março
2011	27.408.593,00	30.018.243,43	511.172,99
2012	28.372.198,00	31.671.424,20	673.058,73
2013	30.083.680,00	28.382.035,17	707.625,36
2014	31.898.573,00	1.646.672,08	1.646.672,08

Inclui valor residual de Contribuição Autárquica



## Derrama

	Orçamento	Realizado	Janeiro a Março
2011	19.177.976,00	15.418.320,21	1.221.494,07
2012	16.093.451,00	13.820.446,94	1.579.363,44
2013	13.976.421,00	22.185.869,68	260.138,75
2014	15.747.202,00	0,00	0,00



De seguida passa-se a apresentar os valores realizados da Receita (corrente e capital) e a sua percentagem de execução face aos valores estimados em Orçamento.

## Receita Corrente

ECON.	RUBRICA	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO ATUAL	REALIZADO 2014	EXECUÇÃO 2014
<b>01</b>	<b>IMPOSTOS DIRECTOS</b>	<b>69.218.318,95</b>	<b>65.404.478,00</b>	<b>65.404.478,00</b>	<b>17.228.073,41</b>	<b>26,34%</b>
<b>01.02</b>	<b>OUTROS</b>	69.218.318,95	65.404.478,00	65.404.478,00	17.228.073,41	26,34%
01.02.02	IMPOSTO MUNICIPAL S/ IMÓVEIS (IMI)	28.376.284,38	31.898.572,00	31.898.572,00	1.646.672,08	5,16%
01.02.03	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	10.735.837,72	9.745.825,00	9.745.825,00	2.861.531,81	29,36%
01.02.04	IMPOSTO MUNICIPAL S/ TRANS. ONEROSAS IMÓVEIS (IMT)	7.846.638,79	7.996.479,00	7.996.479,00	12.713.869,91	158,99%
01.02.05	DERRAMA	22.185.869,68	15.747.202,00	15.747.202,00	0,00	0,00%
<b>01.02.07</b>	<b>IMPOSTOS ABOLIDOS</b>	24.266,21	3,00	3,00	5.999,61	199987,00%
01.02.07.01	CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	5.750,79	1,00	1,00	0,00	0,00%
01.02.07.02	IMPOSTO MUNICIPAL SISA	18.515,42	1,00	1,00	5.999,61	599961,00%
01.02.07.03	IMPOSTO MUNICIPAL S/ VEÍCULOS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>01.02.99</b>	<b>IMPOSTOS DIRECTOS DIVERSOS</b>	49.422,17	16.397,00	16.397,00	0,00	0,00%
01.02.99.01	IMPOSTO ESPECIAL	49.422,17	16.397,00	16.397,00	0,00	0,00%
<b>02</b>	<b>IMPOSTOS INDIRECTOS</b>	<b>2.086.889,03</b>	<b>2.046.464,00</b>	<b>2.046.464,00</b>	<b>1.038.204,14</b>	<b>50,73%</b>
<b>02.02</b>	<b>OUTROS</b>	2.086.889,03	2.046.464,00	2.046.464,00	1.038.204,14	50,73%
<b>02.02.06</b>	<b>IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECIF.AUTARQUIAS LOCAIS</b>	2.086.889,03	2.046.464,00	2.046.464,00	1.038.204,14	50,73%
02.02.06.01	MERCADOS E FEIRAS	5.649,60	2.834,00	2.834,00	20,12	0,71%
02.02.06.02	LOTEAMENTOS E OBRAS (taxa de licenças obras, loteamentos, obras via pública - pagos por empresas)	262.577,52	287.475,00	287.475,00	22.202,50	7,72%
02.02.06.03	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA (taxas relativas a ocupação de esplanadas, quiosques, etc - pagos por empresas)	789.066,37	765.660,00	765.660,00	671.303,62	87,68%
02.02.06.05	PUBLICIDADE (meios de public.- pub. luminosa, ecrans - pagos por empresas)	413.399,43	467.114,00	467.114,00	196.374,81	42,04%
<b>02.02.06.99</b>	<b>OUTROS</b>	616.196,11	523.381,00	523.381,00	148.303,09	28,34%
02.02.06.99.01	TMDP	106.861,47	107.482,00	107.482,00	18.528,41	17,24%
02.02.06.99.02	TDFTH	696,00	2.509,00	2.509,00	175,13	6,98%
02.02.06.99.99	OUTROS (receita proveniente de vistorias, averbamentos, registos de alvarás, emolumentos)	508.638,64	413.390,00	413.390,00	129.599,55	31,35%
<b>04</b>	<b>TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>	<b>1.501.493,09</b>	<b>1.127.713,00</b>	<b>1.127.713,00</b>	<b>292.197,23</b>	<b>25,91%</b>
<b>04.01</b>	<b>TAXAS</b>	749.731,69	634.999,00	634.999,00	112.850,99	17,77%
<b>04.01.23</b>	<b>TAXAS ESPECIF.AUTARQUIAS LOCAIS</b>	749.731,69	634.999,00	634.999,00	112.850,99	17,77%
04.01.23.01	MERCADOS E FEIRAS (taxas festas do concelho, feira dos minerais)	28.174,30	39.513,00	39.513,00	0,00	0,00%
04.01.23.02	LOTEAMENTOS E OBRAS	447.499,68	354.823,00	354.823,00	25.117,12	7,08%
04.01.23.03	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	64.048,13	56.577,00	56.577,00	35.001,74	61,87%
04.01.23.05	CAÇA, USO E PORTE DE ARMA	263,24	237,00	237,00	64,60	27,26%
04.01.23.06	SANEAMENTO - receita proveniente dos SMAS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
04.01.23.07	ARRENDAMENTO URBANO	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>04.01.23.99</b>	<b>OUTRAS</b>	209.746,34	183.847,00	183.847,00	52.667,53	28,65%
04.01.23.99.01	TDFTH	54,00	307,00	307,00	42,28	13,77%
04.01.23.99.99	OUTRAS (receita proveniente de vistorias, averbamentos, registos de alvarás - pagos por particulares)	209.692,34	183.540,00	183.540,00	52.625,25	28,67%
<b>04.02</b>	<b>MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>	751.761,40	492.714,00	492.714,00	179.346,24	36,40%
04.02.01	JUROS DE MORA (arrecadação de juros devidos pelas importâncias em dívida, quando pagas depois do prazo)	83.076,08	79.958,00	79.958,00	31.953,94	39,96%
04.02.02	JUROS COMPENSATÓRIOS	343.573,56	177.083,00	177.083,00	130.914,20	73,93%
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRAORDENAÇÕES (coimas de contraordenações praticadas em diversos sectores) - MULTAS	315.378,63	225.104,00	225.104,00	14.645,70	6,51%
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS (taxas de relaxe e outras)	9.733,13	10.569,00	10.569,00	1.832,40	17,34%
<b>05</b>	<b>RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE</b>	<b>78.172,54</b>	<b>2.106.547,00</b>	<b>2.106.547,00</b>	<b>3.041.102,73</b>	<b>144,36%</b>
<b>05.01</b>	<b>JUROS -SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS</b>	0,00	2,00	2,00	0,00	0,00%
05.01.01	PÚBLICAS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
05.01.02	PRIVADAS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%

(continua)

(continuação)

### Receita Corrente

ECON.	RUBRICA	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO ATUAL	REALIZADO 2014	EXECUÇÃO 2014
<b>05.02</b>	<b>JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS</b>	13.825,30	14.156,00	14.156,00	9.543,02	67,41%
05.02.01	BANCOS E OUT. INST. FINANCEIRAS (juros depósitos bancários)	13.825,30	14.155,00	14.155,00	9.543,02	67,42%
05.02.02	COMP. SEGUROS E FUNDOS PENSÕES	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>05.07</b>	<b>DIVIDENDOS E PARTIC.LUCROS SOC. E QS SOC. N/FIN.</b>	15.239,46	41.491,00	41.491,00	0,00	0,00%
05.07.01	EMPRESAS PÚBLICAS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
05.07.02	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	15.239,46	41.488,00	41.488,00	0,00	0,00%
05.07.03	EMPRESAS PRIVADAS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
05.07.99	OUTRAS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>05.09</b>	<b>PARTICIPAÇÕES LUCROS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS</b>	0,00	2.000.003,00	2.000.003,00	3.000.000,00	150,00%
05.09.01	ASSOCIAÇÕES MUNICÍPIO	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
05.09.02	ASSOCIAÇÕES FREGUESIA	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
05.09.03	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS (valor de 2012)	0,00	1,00	1,00	3.000.000,00	300000000,00%
05.09.99	OUTRAS (SIMAS)	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00%
<b>05.10</b>	<b>RENDAS</b>	49.107,78	50.895,00	50.895,00	31.559,71	62,01%
05.10.01	TERRENOS (receita de arrendamento de terrenos)	49.107,78	50.894,00	50.894,00	31.559,71	62,01%
05.10.99	OUTROS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>06</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>19.867.779,93</b>	<b>18.653.735,00</b>	<b>18.653.735,00</b>	<b>4.497.776,74</b>	<b>24,11%</b>
<b>06.01</b>	<b>SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS</b>	30.000,00	15.503,00	15.503,00	1.500,00	9,68%
<b>06.01.01</b>	<b>PÚBLICAS</b>	0,00	3,00	3,00	0,00	0,00%
06.01.01.01	EMPRESAS PÚBLICAS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.01.01.02	EMPRESAS PÚB. MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.01.01.99	OUTRAS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.01.02	PRIVADAS	30.000,00	15.500,00	15.500,00	1.500,00	9,68%
<b>06.02</b>	<b>SOCIEDADES FINANCEIRAS</b>	73.465,83	56.001,00	56.001,00	0,00	0,00%
06.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.537,50	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.02.02	COMPANHIAS SEGUROS E FUNDOS PENSÕES	71.928,33	56.000,00	56.000,00	0,00	0,00%
<b>06.03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>	19.746.940,87	18.582.227,00	18.582.227,00	4.496.276,74	24,20%
<b>06.03.01</b>	<b>ESTADO</b>	19.155.656,15	17.885.874,00	17.885.874,00	4.423.797,52	24,73%
06.03.01.01	FEF - FUNDO EQUILÍBRIO FINANCEIRO	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.03.01.02	FSM - FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.03.01.03	PARTICIPAÇÃO FIXA NO IRS	17.657.360,00	16.714.717,00	16.714.717,00	4.039.390,00	24,17%
06.03.01.99	OUTRAS (transferências de ministérios e direções-gerais)	1.498.296,15	1.171.155,00	1.171.155,00	384.407,52	32,82%
<b>06.03.06</b>	<b>ESTADO - PARTICIP.COMUNITÁRIA PROJ. CO-FINANC.</b>	155.340,56	82.752,00	82.752,00	8.895,32	10,75%
06.03.06.01	FSE	18.022,75	29.925,00	29.925,00	948,32	3,17%
06.03.06.02	QREN / FEDER	137.317,81	52.827,00	52.827,00	7.947,00	15,04%
06.03.07	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (IEFP, DREL, ITP)	435.944,16	613.601,00	613.601,00	63.583,90	10,36%
<b>06.05</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.05.01	CONTINENTE	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>06.07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>06.08</b>	<b>FAMÍLIAS</b>	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.08.01	FAMÍLIAS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>06.09</b>	<b>RESTO DO MUNDO</b>	17.373,23	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.09.01	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	17.373,23	1,00	1,00	0,00	0,00%

(continua)

(continuação)

### Receita Corrente

ECON.	RUBRICA	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO ATUAL	REALIZADO 2014	EXECUÇÃO 2014
<b>07</b>	<b>VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES</b>	<b>13.938.599,31</b>	<b>14.286.013,00</b>	<b>14.286.013,00</b>	<b>4.432.625,37</b>	<b>31,03%</b>
<b>07.01</b>	<b>VENDA DE BENS</b>	<b>36.318,82</b>	<b>42.889,00</b>	<b>42.889,00</b>	<b>8.599,19</b>	<b>20,05%</b>
07.01.03	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS (venda de publicações)	6.034,04	5.957,00	5.957,00	1.502,00	25,21%
07.01.05	BENS INUTILIZADOS (venda de bens móveis duradouros)	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
07.01.07	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	26.643,46	29.589,00	29.589,00	6.470,85	21,87%
07.01.10	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
07.01.99	OUTROS	3.641,32	7.341,00	7.341,00	626,34	8,53%
<b>07.02</b>	<b>SERVIÇOS</b>	<b>8.455.076,50</b>	<b>8.139.921,00</b>	<b>8.139.921,00</b>	<b>2.165.823,72</b>	<b>26,61%</b>
07.02.01	ALUGUER ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS (aluguer esporádico de espaços da entidade)	504,30	2.345,00	2.345,00	258,61	11,03%
07.02.03	VISTORIAS E ENSAIOS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
07.02.04	SERVIÇOS DE LABORATÓRIO	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
07.02.06	REPARAÇÕES	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>07.02.08</b>	<b>SERVIÇOS SOCIAIS, RECREAT., CULT. E DESPORTIVOS</b>	<b>65.796,67</b>	<b>67.160,00</b>	<b>67.160,00</b>	<b>8.138,76</b>	<b>12,12%</b>
07.02.08.01	SERVIÇOS SOCIAIS	0,00	419,00	419,00	0,00	0,00%
<b>07.02.08.02</b>	<b>SERVIÇOS RECREATIVOS</b>	<b>18.540,00</b>	<b>17.558,00</b>	<b>17.558,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
07.02.08.02.01	TURISMO SÉNIOR	1.120,00	560,00	560,00	0,00	0,00%
07.02.08.02.99	OUTROS	17.420,00	16.998,00	16.998,00	0,00	0,00%
<b>07.02.08.03</b>	<b>SERVIÇOS CULTURAIS</b>	<b>16.656,67</b>	<b>18.843,00</b>	<b>18.843,00</b>	<b>3.408,76</b>	<b>18,09%</b>
07.02.08.03.01	TURISMO SÉNIOR	760,00	380,00	380,00	0,00	0,00%
07.02.08.03.99	OUTROS	15.896,67	18.463,00	18.463,00	3.408,76	18,46%
07.02.08.04	SERVIÇOS DESPORTIVOS	30.600,00	30.340,00	30.340,00	4.730,00	15,59%
<b>07.02.09</b>	<b>SERVIÇOS ESPECIFICOS DAS AUTARQUIAS</b>	<b>8.107.068,71</b>	<b>7.838.566,00</b>	<b>7.838.566,00</b>	<b>2.066.571,92</b>	<b>26,36%</b>
07.02.09.02	RESÍDUOS SÓLIDOS (empresas e particulares)	6.629.342,67	6.278.525,00	6.278.525,00	1.597.108,92	25,44%
07.02.09.04	TRABALHO POR CONTA DE PARTICULARES (obras realizadas pela Autarquia em substituição dos particulares)	2.785,39	1.058,00	1.058,00	204,00	19,28%
07.02.09.05	CEMITÉRIOS (receita realizada com inumações, exumações, ocupação de ossários)	310.930,31	316.312,00	316.312,00	103.660,42	32,77%
07.02.09.06	MERCADOS E FEIRAS (arrematação de bancas, taxas de ocupação, arrecadação de volumes)	253.114,40	306.293,00	306.293,00	68.693,35	22,43%
<b>07.02.09.99</b>	<b>OUTROS</b>	<b>910.895,94</b>	<b>936.378,00</b>	<b>936.378,00</b>	<b>296.905,23</b>	<b>31,71%</b>
07.02.09.99.01	LIVRETES E CHAPAS VEÍCULOS	382,51	169,00	169,00	0,00	0,00%
07.02.09.99.02	OUTROS ENCARGOS	79.817,85	103.940,00	103.940,00	26.072,78	25,08%
07.02.09.99.03	PARTIC.EMOLUMENTAR FUNCIONÁRIO (receita que resulta no final do ano - emolumentos que reverte a favor da autarquia)	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
07.02.09.99.04	SENHAS REFEIÇÕES ESCOLAS	809.878,32	820.000,00	820.000,00	265.291,42	32,35%
07.02.09.99.05	OUTRAS COMPENS. SERV.PRESTADO (receita residual - manutenção espaços verdes pagos pelos SMAS)	20.817,26	12.268,00	12.268,00	5.541,03	45,17%
07.02.99	OUTROS	281.706,82	231.847,00	231.847,00	90.854,43	39,19%
<b>07.03</b>	<b>RENDAS</b>	<b>5.447.203,99</b>	<b>6.103.203,00</b>	<b>6.103.203,00</b>	<b>2.258.202,46</b>	<b>37,00%</b>
07.03.01	HABITAÇÕES (receita realizada com arrendamentos sociais)	2.426.013,44	2.267.078,00	2.267.078,00	584.955,36	25,80%
07.03.02	EDIFÍCIOS (renda de espaços concessionados)	709.434,85	763.531,00	763.531,00	140.556,53	18,41%
07.03.99	OUTRAS (EDP e valor condomínio da Unidade Residencial Madre Maria Clara)	2.311.755,70	3.072.594,00	3.072.594,00	1.532.690,57	49,88%
<b>08</b>	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>273.041,22</b>	<b>316.698,00</b>	<b>316.698,00</b>	<b>22.794,42</b>	<b>7,20%</b>
<b>08.01</b>	<b>OUTROS</b>	<b>273.041,22</b>	<b>316.698,00</b>	<b>316.698,00</b>	<b>22.794,42</b>	<b>7,20%</b>
<b>08.01.99</b>	<b>OUTROS</b>	<b>273.041,22</b>	<b>316.698,00</b>	<b>316.698,00</b>	<b>22.794,42</b>	<b>7,20%</b>
08.01.99.02	INDEMNIZ. ESTRAGOS PROVOCADOS POR OUTREM	25.724,46	25.859,00	25.859,00	4.837,80	18,71%
08.01.99.99	DIVERSAS	247.316,76	290.839,00	290.839,00	17.956,62	6,17%
<b>RECEITA CORRENTE</b>		<b>106.964.294,07</b>	<b>103.941.648,00</b>	<b>103.941.648,00</b>	<b>30.552.774,04</b>	<b>29,39%</b>

## Receita de Capital

ECON.	RUBRICA	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO ATUAL	REALIZADO 2014
<b>09</b>	<b>VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO</b>	<b>93.743,84</b>	<b>22.531.084,00</b>	<b>22.531.084,00</b>	<b>11.074,64</b>	<b>0,05%</b>
09.01	TERRENOS	0,00	22.452.240,00	22.452.240,00	0,00	0,00%
09.01.01	SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	0,00	22.452.239,00	22.452.239,00	0,00	0,00%
09.01.10	FAMÍLIAS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>09.02</b>	<b>HABITAÇÕES</b>	<b>68.311,39</b>	<b>10.002,00</b>	<b>10.002,00</b>	<b>2.646,64</b>	<b>26,46%</b>
09.02.01	SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
09.02.09	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
09.02.10	FAMÍLIAS	68.311,39	10.000,00	10.000,00	2.646,64	26,47%
<b>09.03</b>	<b>EDIFÍCIOS</b>	<b>0,00</b>	<b>3,00</b>	<b>3,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
09.03.01	SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
09.03.09	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
09.03.10	FAMÍLIAS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>09.04</b>	<b>OUTROS BENS DE INVESTIMENTO</b>	<b>25.432,45</b>	<b>68.839,00</b>	<b>68.839,00</b>	<b>8.428,00</b>	<b>12,24%</b>
<b>09.04.01</b>	<b>SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS</b>	<b>25.432,45</b>	<b>68.839,00</b>	<b>68.839,00</b>	<b>8.428,00</b>	<b>12,24%</b>
09.04.01.01	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	25.432,45	67.841,00	67.841,00	8.428,00	12,42%
09.04.01.02	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO (venda de sucata ou retomas de maquinaria ou equipamento)	0,00	997,00	997,00	0,00	0,00%
09.04.01.03	OUTROS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>10</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>247.513,83</b>	<b>18.158,00</b>	<b>18.158,00</b>	<b>4.652,01</b>	<b>25,62%</b>
<b>10.01</b>	<b>SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS</b>	<b>31.417,50</b>	<b>4,00</b>	<b>4,00</b>	<b>4.652,01</b>	<b>116300,25%</b>
<b>10.01.01</b>	<b>PÚBLICAS</b>	<b>0,00</b>	<b>3,00</b>	<b>3,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
10.01.01.01	EMPRESAS PÚBLICAS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.01.01.02	EMPRESAS PÚB. MUNICIPAIS E INTERMUNIC.	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.01.01.99	OUTRAS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.01.02	PRIVADAS	31.417,50	1,00	1,00	4.652,01	465201,00%
<b>10.02</b>	<b>SOCIEDADES FINANCEIRAS</b>	<b>0,00</b>	<b>2,00</b>	<b>2,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
10.02.01	BANCOS E OUT. INST. FINANCEIRAS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.02.02	COMP. SEGUROS E FUNDOS PENSÕES	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>10.03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>	<b>216.096,33</b>	<b>18.148,00</b>	<b>18.148,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>10.03.01</b>	<b>ESTADO</b>	<b>15.000,00</b>	<b>2,00</b>	<b>2,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
10.03.01.01	FEF - FUNDO EQUILÍBRIO FINANCEIRO	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.03.01.99	OUTRAS (receitas de transferências de participações para bens de investimento - ministérios, CCDRLVT, AML)	15.000,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>10.03.07</b>	<b>ESTADO - PARTICIP.COMUNITÁRIA PROJ. CO-FINANC.</b>	<b>201.096,33</b>	<b>18.145,00</b>	<b>18.145,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
10.03.07.01	FSE	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.03.07.02	QREN / FEDER	201.096,33	18.144,00	18.144,00	0,00	0,00%
10.03.08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (IHURU, ITP)	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>10.05</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>	<b>0,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
10.05.01	CONTINENTE	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>10.07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>	<b>0,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
10.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>10.08</b>	<b>FAMÍLIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
10.08.01	FAMÍLIAS (particulares)	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>10.09</b>	<b>RESTO DO MUNDO</b>	<b>0,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
10.09.01	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00%

(continua)



(continuação)

### Receita de Capital

ECON.	RUBRICA	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO ATUAL	REALIZADO 2014	EXECUÇÃO 2014
<b>11</b>	<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>	<b>0,00</b>	<b>556.344,00</b>	<b>556.344,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>11.06</b>	<b>EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>0,00</b>	<b>556.344,00</b>	<b>556.344,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
11.06.01	SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	0,00	556.344,00	556.344,00	0,00	0,00%
<b>11.10</b>	<b>ALIENAÇÃO PARTES SOCIAIS EMPRESAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
11.10.01	ALIENAÇÃO PARTES SOCIAIS EMPRESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>12</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>12.06</b>	<b>EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
12.06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
12.07	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>13</b>	<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>15.673,12</b>	<b>50.001,00</b>	<b>50.001,00</b>	<b>20.170,68</b>	<b>40,34%</b>
<b>13.01</b>	<b>OUTRAS</b>	<b>15.673,12</b>	<b>50.001,00</b>	<b>50.001,00</b>	<b>20.170,68</b>	<b>40,34%</b>
13.01.01	INDEMNIZAÇÕES (obras coercivas da DEM e DGEP)	13.447,12	1,00	1,00	20.170,68	2017068,00%
13.01.02	ATIVOS INCORPÓREOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
13.01.99	OUTRAS	2.226,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00%
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>		<b>356.930,79</b>	<b>23.155.587,00</b>	<b>23.155.587,00</b>	<b>35.897,33</b>	<b>0,16%</b>
<b>15</b>	<b>REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS</b>	<b>188.124,07</b>	<b>57.518,00</b>	<b>57.518,00</b>	<b>40.019,19</b>	<b>69,58%</b>
15.01.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	188.124,07	57.518,00	57.518,00	40.019,19	69,58%
<b>16</b>	<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>	<b>9.419.901,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>16.01</b>	<b>SALDO ORÇAMENTAL</b>	<b>9.419.901,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
16.01.01	NA POSSE DO SERVIÇO	9.419.901,90	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>OUTRAS RECEITAS</b>		<b>9.608.025,97</b>	<b>57.518,00</b>	<b>57.518,00</b>	<b>40.019,19</b>	<b>69,58%</b>
<b>Total da Receita</b>		<b>116.929.250,83</b>	<b>127.154.753,00</b>	<b>127.154.753,00</b>	<b>30.628.690,56</b>	<b>24,09%</b>

### 3.2. Despesa

À semelhança da análise efetuada na Receita apresenta-se ao nível dos vários capítulos que constituem a Despesa, a 31 de Março, a percentagem de execução face aos valores previstos em Orçamento.

Rubricas da Despesa	DESPESA			
	Orçamento Inicial	Orçamento Atual	Execução	% Exec.
01 - Despesas com o Pessoal	33.600.770,00	33.600.770,00	7.059.754,67	21,01%
02 - Aquisições de Bens e Serviços	36.358.223,00	36.002.665,00	6.758.083,83	18,77%
03 - Juros da Dívida Pública	2.450.841,00	2.452.941,00	55.089,89	2,25%
04 - Transferências Correntes	8.262.590,00	7.745.500,00	1.491.488,72	19,26%
06 - Outras Despesas Correntes	469.151,00	1.339.699,00	46.479,44	3,47%
<b>Despesa Corrente</b>	<b>81.141.575,00</b>	<b>81.141.575,00</b>	<b>15.410.896,55</b>	<b>18,99%</b>
07 - Aquisição de Bens de Capital	40.753.780,00	40.746.480,00	1.975.949,39	4,85%
08 - Transferências de Capital	1.768.398,00	1.775.698,00	64.900,57	3,65%
09 - Activos Financeiros	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00%
10 - Passivos Financeiros	2.890.000,00	2.890.000,00	403.756,36	13,97%
11 - Outras Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00%
<b>Despesa de Capital</b>	<b>46.013.178,00</b>	<b>46.013.178,00</b>	<b>2.444.606,32</b>	<b>5,31%</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>127.154.753,00</b>	<b>127.154.753,00</b>	<b>17.855.502,87</b>	<b>14,04%</b>

A despesa total observa uma execução de 14,04%, em que a execução da despesa corrente se situa nos 18,99% e a de capital nos 5,31%.

O capítulo **01 – Despesas com o Pessoal** é aquele que apresenta maior valor de execução dentro das despesas correntes, com € 7.059.754,67.

Quanto à despesa de capital, destaca-se o capítulo **07 - Aquisição de Bens de Capital** com um valor de realização de € 1.975.949,39.

De seguida apresentam-se os valores realizados nas várias rubricas que constituem a Despesa (corrente e capital) bem como a percentagem de execução face aos valores estimados em Orçamento.

Económica	Rubrica	Orçamento Inicial	Orçamento Actual	Execução	% Exec.
<b>01</b>	<b>Despesas com o Pessoal</b>	<b>33.600.770,00</b>	<b>33.600.770,00</b>	<b>7.059.754,67</b>	<b>21,01%</b>
0101	Remunerações Certas e Permanentes	25.612.722,00	25.612.722,00	5.557.240,85	21,70%
0102	Abonos Variáveis ou Eventuais	1.850.261,00	1.850.261,00	401.645,13	21,71%
0103	Segurança Social	6.137.787,00	6.137.787,00	1.100.868,69	17,94%
<b>02</b>	<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	<b>36.358.223,00</b>	<b>36.002.665,00</b>	<b>6.758.083,83</b>	<b>18,77%</b>
0201	Aquisição de Bens	6.443.690,00	6.196.756,43	1.041.479,78	16,81%
0202	Aquisição de Serviços	29.914.533,00	29.805.908,57	5.716.604,05	19,18%
<b>03</b>	<b>Juros da Dívida pública</b>	<b>2.450.841,00</b>	<b>2.452.941,00</b>	<b>55.089,89</b>	<b>2,25%</b>
0301	Juros da Dívida pública	180.010,00	180.010,00	11.841,53	6,58%
0302	Outros Encargos Correntes da Dívida Pública	50.000,00	50.000,00	9.226,56	18,45%
0303	Juros de Locação Financeira	50,00	50,00	13,12	26,24%
0305	Outros Juros	2.220.781,00	2.222.881,00	34.008,68	1,53%
<b>04</b>	<b>Transferências Correntes</b>	<b>8.262.590,00</b>	<b>7.745.500,00</b>	<b>1.491.488,72</b>	<b>19,26%</b>
0401	Soc. E Quase-Soc. Não Financeiras	1.574.125,00	1.024.125,00	214.772,61	20,97%
0403	Administração Central	0,00	0,00	0,00	0,00%
0405	Administração Local	902.685,00	902.685,00	211.522,83	23,43%
0407	Instituições s/ fins lucrativos	5.728.680,00	5.761.590,00	1.045.751,35	18,15%
0408	Famílias	52.100,00	52.100,00	19.441,93	37,32%
0409	Resto do Mundo	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00%
<b>06</b>	<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>469.151,00</b>	<b>1.339.699,00</b>	<b>46.479,44</b>	<b>3,47%</b>
0601	Dotação provisional	0,00	0,00	0,00	0,00%
0602	Diversas	469.151,00	1.339.699,00	46.479,44	3,47%
<b>Despesa Corrente</b>		<b>81.141.575,00</b>	<b>81.141.575,00</b>	<b>15.410.896,55</b>	<b>18,99%</b>
<b>07</b>	<b>Aquisição de Bens de Capital</b>	<b>40.753.780,00</b>	<b>40.746.480,00</b>	<b>1.975.949,39</b>	<b>4,85%</b>
0701	Investimentos	27.893.332,00	28.009.660,60	1.415.072,07	5,05%
0702	Locação Financeira	15.017,00	15.017,00	11.651,99	77,59%
0703	Bens do Domínio Público	12.845.431,00	12.721.802,40	549.225,33	4,32%
<b>08</b>	<b>Transferências Capital</b>	<b>1.768.398,00</b>	<b>1.775.698,00</b>	<b>64.900,57</b>	<b>3,65%</b>
0801	Soc. E Quase-Soc. Não Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%
0805	Administração Local	850.000,00	850.000,00	45.693,97	5,38%
0807	Instituições s/ fins lucrativos	883.925,00	883.725,00	19.206,60	2,17%
0808	Famílias	33.473,00	40.973,00	0,00	0,00%
0809	Resto do Mundo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00%
<b>09</b>	<b>Activos Financeiros</b>	<b>600.000,00</b>	<b>600.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
0907	Ações e outras Participações	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00%
0909	Outros Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>10</b>	<b>Passivos Financeiros</b>	<b>2.890.000,00</b>	<b>2.890.000,00</b>	<b>403.756,36</b>	<b>13,97%</b>
1006	Empréstimos a Médio e Longo Prazo	2.890.000,00	2.890.000,00	403.756,36	13,97%
<b>11</b>	<b>Outras Despesas de Capital</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
1102	DIVERSAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00%
<b>Despesa de Capital</b>		<b>46.013.178,00</b>	<b>46.013.178,00</b>	<b>2.444.606,32</b>	<b>5,31%</b>
<b>Total</b>		<b>127.154.753,00</b>	<b>127.154.753,00</b>	<b>17.855.502,87</b>	<b>14,04%</b>

### 3.3. Dívidas a Terceiros

A dívida a terceiros registada no Balancete a 31 de Março apresentava um valor total de € **22.091.827,65**. O quadro seguinte permite comparar este montante com os valores a 1 de Janeiro de 2014 com o mesmo nível de detalhe presente no balanço. Os valores apresentados incluem os movimentos extraorçamentais.

		01-01-2014	31-03-2014
	<b>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo:</b>		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	27.530.215,18	27.530.215,18
2611	Fornecedores de Imobilizado c/c	22.742.821,15	22.742.821,15
262+263+267+268	Outros Credores	4.357.735,74	4.357.735,74
		<b>54.630.772,07</b>	<b>54.630.772,07</b>
	<b>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:</b>		
2312	Empréstimos de MLP (obrigações de Curto Prazo)	2.886.201,37	2.482.445,01
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c	1.201.570,97	1.920.827,02
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	5.387.088,54	3.415.474,26
252	Credores pela Execução do Orçamento		
217	Clientes e utentes com cauções	231.529,45	231.429,69
219	Adiantamentos de Clientes		
2611	Fornecedores de Imobilizado c/c	9.397.875,73	8.927.784,28
24	Estado e Outros Entes Públicos	308.756,13	912.192,69
264	Administração Autárquica		180.836,41
262+263+267+268	Outros Credores	2.258.862,40	4.020.838,29
2612	Fornecedores Imobilizado-Leasing	6.700,33	0,00
		<b>21.678.584,92</b>	<b>22.091.827,65</b>

O quadro seguinte apresenta os valores de dívida orçamental, em igual período, os quais fazem parte do quadro anterior. O montante da dívida orçamental corresponde a faturas e documentos equivalentes, registados na contabilidade, vencidas ou com prazo de vencimento próximo, com ou sem ordem de pagamento emitida.

Dívida Orçamental	01-01-2014	31-03-2014
Corrente	1.219.722,42	4.245.722,68
Capital	356.828,54	675.368,58
<b>Total</b>	<b>1.576.550,96</b>	<b>4.921.091,26</b>



### 3.4. Prazo Médio de Pagamentos

O quadro seguinte apresenta o prazo médio de pagamentos, tendo em conta a forma de cálculo utilizada pela DGAL e após o registo, em julho de 2013, do montante a pagar na sequência da sentença homologatória da transação judicial da PPPI Oeiras Primus, SA.

PMP	30-06-2013	30-09-2013	31-12-2013	31-03-2014
<b>PMP _ Prazo Médio de Pagamentos _ DGAL</b>	<b>34 dias</b>	<b>50 dias</b>	<b>60 dias</b>	<b>79 dias</b>

Nota: O cálculo do Prazo Médio de Pagamentos pela fórmula da DGAL é apurado numa base trimestral.

$$\text{PMP} = ((\text{Dívidas a Fornecedores} / \text{Aquisição de bens e serviços}) \times 365 \text{ dias})$$

Se excluirmos do cálculo o valor referente à PPPI Oeiras Primus, SA obteríamos um PMP de **28 dias**, dado que existe um valor de dívida, em passivo, no montante de € 26.428.571,44 que será paga entre 2015 e 2019, em prestações semestrais de € 2.642.857,14. Este montante em dívida vai ter um impacto negativo ao longo dos próximos trimestres.

### 3.5. Endividamento Líquido Municipal

Na sequência do ofício da DGAL de 3 de abril de 2014, por motivos de acompanhamento da evolução municipal continuará a ser recolhida informação sobre o endividamento líquido e de médio e longo prazos, nos termos previstos na Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro.

Endividamento		01-01-2014	31-03-2014	Δ €
Ativo (A)		58.370.119,51	68.030.818,92	-9.660.699,41
Passivo (B)		80.659.296,04	80.891.702,36	-232.406,32
<b>Valor Base de Endividamento Líquido</b>	<b>(C) = (B) - (A)</b>	<b>22.289.176,53</b>	<b>12.860.883,44</b>	<b>9.428.293,09</b>
Empréstimos Excecionados	<b>(D)</b>	26.275.882,63	25.872.126,27	403.756,36
<b>Endividamento Líquido (só CMO)</b>	<b>(E) = (C) - (D)</b>	<b>-3.986.706,10</b>	<b>-13.011.242,83</b>	<b>9.024.536,73</b>
Entidades Participadas	<b>(F)</b>	-2.778.583,89	-2.778.583,89	0,00
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>(G) = (E) + (F)</b>	<b>-6.765.289,99</b>	<b>-15.789.826,72</b>	<b>9.024.536,73</b>

O quadro seguinte apresenta de forma detalhada a situação atual.

Ativo	01-01-2014	31-03-2014	Δ €	
Investimentos Financeiros	18.206.319,58	18.206.319,58	0,00	
Empréstimos Concedidos	1.434.744,06	1.434.744,06	0,00	
Clientes c/c	761.958,56	761.958,56	0,00	
Contribuintes c/c	75.465,64	75.465,64	0,00	
Utentes c/c	135.567,88	135.567,88	0,00	
Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa	3.487.696,04	2.257,30	3.485.438,74	
Estado e Outros Entes Públicos	2.991,91	0,00	2.991,91	
Outros Devedores	57.935,95	198.352,55	-140.416,60	
Acréscimos e Diferimentos	18.470.184,34	18.470.184,34	0,00	
Depósitos em Instituições Financeiras	15.726.676,21	28.727.925,45	-13.001.249,24	
Caixa	10.579,34	18.043,56	-7.464,22	
<b>(A)</b>	<b>58.370.119,51</b>	<b>68.030.818,92</b>	<b>-9.660.699,41</b>	
Passivo	01-01-2014	31-03-2014	Δ €	
<b>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</b>	<b>54.630.772,07</b>	<b>54.630.772,07</b>	<b>0,00</b>	
Empréstimos de Longo Prazo	27.530.215,18	27.530.215,18	0,00	
Fornecedores de Imobilizado c/c - Médio e Longo Prazo	22.742.821,15	22.742.821,15	0,00	
Outros Credores - Médio e Longo Prazo	4.357.735,74	4.357.735,74	0,00	
<b>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</b>	<b>26.028.523,97</b>	<b>26.260.930,29</b>	<b>-232.406,32</b>	
Empréstimos de Longo Prazo	2.886.201,37	2.482.445,01	403.756,36	
Fornecedores c/c	1.201.570,97	1.920.827,02	-719.256,05	
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	5.387.088,54	3.415.474,26	1.971.614,28	
Clientes e Utentes com cauções	231.529,45	231.429,69	99,76	
Fornecedores de Imobilizado c/c - Curto Prazo	9.397.875,73	8.927.784,28	470.091,45	
Estado e Outros Entes Públicos	308.756,13	912.192,69	-603.436,56	
Outros Credores	2.258.862,40	4.020.838,29	-1.761.975,89	
Fornecedores de Imobilizado - Leasing	6.700,33	0,00	6.700,33	
Acréscimos e Diferimentos	4.349.939,05	4.349.939,05	0,00	
<b>(B)</b>	<b>80.659.296,04</b>	<b>80.891.702,36</b>	<b>-232.406,32</b>	
<b>Valor Base Endividamento Líquido</b>	<b>(C) = (B) - (A)</b>	<b>22.289.176,53</b>	<b>12.860.883,44</b>	<b>9.428.293,09</b>
Empréstimos Excecionados	<b>(D)</b>	26.275.882,63	25.872.126,27	403.756,36
<b>Endividamento Líquido (só CMO)</b>	<b>(E) = (C) - (D)</b>	<b>-3.986.706,10</b>	<b>-13.011.242,83</b>	<b>9.024.536,73</b>
Entidades Participadas	<b>(F)</b>	-2.778.583,89	-2.778.583,89	0,00
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>(G) = (E) + (F)</b>	<b>-6.765.289,99</b>	<b>-15.789.826,72</b>	<b>9.024.536,73</b>

### 3.6. Dívida Total

Em 2014, com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, existe uma profunda alteração da forma de cálculo do endividamento, sendo introduzido o conceito de Dívida Total.

A dívida total é apurada de acordo com o seguinte mapa:

Dívida total	01-01-2014	31-03-2014	Δ €
Empréstimos	30.416.416,55	30.012.660,19	-403.756,36
Contratos de locação financeira	6.700,33	0,00	-6.700,33
Outras formas de endividamento	27.100.556,89	27.100.556,89	0,00
Débitos a terceiros	16.943.968,51	17.540.228,95	596.260,44
<b>Dívida total de operações orçamentais (só município)</b>	<b>74.467.642,28</b>	<b>74.653.446,03</b>	<b>185.803,75</b>
Entidades Participadas	22.437.735,19	22.437.735,19	0,00
<b>Dívida total de operações orçamentais do município (engloba as entidades)</b>	<b>96.905.377,47</b>	<b>97.091.181,22</b>	<b>185.803,75</b>

Segue o detalhe das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total:

Entidades	Dívida Total	Participação	Valor
OEIRAS VIVA	1.439.753,21	100%	1.439.753,21
HABITÁGUA	557.679,46	100%	557.679,46
LEMO	1.382.374,00	100%	1.382.374,00
SATU-OEIRAS	12.453.064,66	51%	6.351.062,98
MUNICÍPIA, SA	1.318.720,83	56,71%	747.846,58
AMTRES	1.239.594,94	20%	247.918,99
ISQ - Centro de Incubação de Empresas	9.400.084,15	16,5%	1.551.013,88
TAGUSPARK	16.645.595,27	19,16%	3.189.296,05
E.I.A.	2.726.227,00	41,31%	1.126.204,37
OEINERGE	76.577,28	72,46%	55.487,90
AITEC	31.725,74	50%	15.862,87
A.M.E.M.	159.881,36	66,66%	106.576,91
SIMAS	11.302.747,33	50%	5.651.373,66
Área Metropolitana de Lisboa	11.834,17	5,45%	644,96
ANMP _ Associação Nacional de Municípios Portugueses	*	*	539,00
Fundação Marquês de Pombal	78.863,92	12,50%	9.857,99
AMEGA	0,00	10,66%	0,00
Artemrede - Teatros Associados	43.053,90	8,22%	3.539,03
AMPV- Associação dos Municípios Portugueses do Vinho	26.049,46	2,70%	703,34
<b>Total</b>			<b>22.437.735,19</b>

\* Informação não disponibilizada



O limite da dívida total, de acordo com o número 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, é apurado com base em 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, conforme quadro seguinte:

Ano	Receita Corrente líquida cobrada	Média nos três exercícios anteriores	Limite da dívida total (1,5)
2011	103.362.821,94		
2012	106.433.413,28		
2013	106.964.294,07		
2014		105.586.843,10	158.380.264,65

No entanto, é necessário conjugar este valor com o número 3 do referido artigo. Deste modo, estando na situação prevista na alínea b) podemos aumentar a dívida total em apenas 20% da margem disponível.

Considerando o valor da dívida total, em 31 de dezembro de 2013, de 96.905.377,47€, e o limite de 160.550.682,28€ (2010/2011/2012), teremos uma margem de 63.645.304,81€, da qual poderemos aumentar apenas 20%, ou seja, 12.729.060,96€. **O limite da dívida total para 2014** fica assim reduzido a **109.634.438,44€**.

Limite da Dívida Total _ n.º1 artigo 52.º [(Ano_2010, 2011 e 2012) x 1,5]	(A)	160.550.682,28
Dívida Total a 31 de dezembro 2013	(B)	96.905.377,47
Margem disponível	(C) = (B) - (A)	63.645.304,81
20% da Margem	(D) = (C) x 20%	12.729.060,96
<b>Limite da Dívida Total para 2014 _ alínea b) do n.º3 artigo 52.º</b>	<b>(E) = (B) + (D)</b>	<b>109.634.438,44</b>

## **4. Atividade Municipal**

O Mapa Estratégico Corporativo do Município (ME), para o quadriénio 2014-17, onde constam os Objetivos Estratégicos da autarquia, já se encontra definido. Com a consolidação do ME, iniciou-se a fase de construção do Balanced ScoreCard (BSC) / Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE), o qual identifica, para cada objetivo, as Unidades Orgânicas que os devem concretizar, os indicadores aplicáveis na sua medição, as metas a atingir, bem como os projetos/iniciativas necessárias à sua realização.

A construção do BSC / PDE não foi concluída até à data, devido ao necessário ajuste deste instrumento à reestruturação dos serviços do Município (prevendo alterações substanciais na orgânica). Em reunião de 12-02-2014, a reestruturação foi submetida pela Câmara à Assembleia Municipal, e aprovada por este órgão no passado dia 18 de março (a nova estrutura resulta da aplicação da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procedeu à adaptação do estatuto de pessoal dirigente às autarquias locais).